

R E L A T Ó R I O

DIÁLOGOS SOBRE O DIREITO HUMANO AO TRABALHO

02 de dezembro de 2008 – Brasília/DF

I. INTRODUÇÃO

A Oficina Diálogos Sobre o Direito Humano ao Trabalho foi realizada em 02 de dezembro de 2008 – Brasília/DF como uma iniciativa da Relatoria para o Direito Humano ao trabalho/Plataforma DHESCA Brasil.

As Relatorias Nacionais DhESCA têm por objetivo contribuir para que o Brasil adote um padrão de respeito aos direitos humanos com base na Constituição Federal e nos tratados internacionais de proteção dos Direitos Humanos ratificados pelo país, através da nomeação de especialistas relacionados a direitos específicos (educação, saúde, alimentação, moradia adequada, trabalho e meio ambiente). Este projeto é coordenado pela Plataforma Brasileira de Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais, com apoio do Programa das Nações Unidas para o Voluntariado (PNUD/ONU), da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República e da Procuradoria Federal de Direitos do Cidadão, do Ministério Público Federal.

A Plataforma Brasileira de Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais (Plataforma DhESCA Brasil) é uma articulação nacional de movimentos e organizações da sociedade civil que desenvolve ações de promoção, defesa e reparação dos direitos humanos econômicos, sociais, culturais e ambientais visando o fortalecimento da cidadania e a radicalização da democracia.

O processo de avaliação e planejamento das Relatorias DhESCAS em 2007 e 2008 constatando a dificuldade de se constituir uma rede social no Brasil que mobilize o debate sobre o direito ao trabalho, sob a ótica dos direitos humanos e, diante disso, a necessidade de resignificar os aportes sobre os quais se assentam a prática social da Relatoria Nacional para o Direito Humano ao Trabalho, num contexto de capitalismo globalizado, indicou a necessidade do projeto dialogar com outros sujeitos sociais com vistas a construir, possivelmente, um novo marco teórico-político-metodológico para a ação da Relatoria.

Para tanto, nesta Roda de Diálogo tomamos como objeto de debate o mundo do trabalho e os sujeitos desse direito (as pessoas que vivem do trabalho), no contexto sobre o qual se constitui a efetividade, ou não, do exercício desse direito humano no Brasil.

Assim, analisamos a atualidade do marco teórico-político-metodológico da Relatoria do Trabalho a partir das seguintes questões:

- a) os problemas centrais que ameaçam o mundo do trabalho sob a ótica dos trabalhadores/as hoje, sobre os quais a Relatoria deve priorizar sua intervenção;
- b) as concepções correntes em torno do que constitui hoje o direito ao trabalho no Brasil e no mundo, e sua interface com os direitos humanos;
- c) a dificuldade de constituição de uma rede social, para além das instâncias sindicais, que trate o trabalho como direito humano no país, e que possa vir a contribuir como referência política e de conteúdo às ações desse campo;

Nesta Oficina de Trabalho, sob o formato/tema de “Diálogos sobre o Direito Humano ao Trabalho hoje – desafios e perspectivas”, contamos com a contribuição dos/das convidados/as a partir de seu lugar/acúmulo no campo do trabalho, dentro da seguinte metodologia:

1º momento: abertura pela Coordenação da Plataforma (breve apresentação das pessoas, apresentação do Projeto Relatores apontando idéias, metodologia, ações, parcerias, conquistas e dificuldades)

2º momento: apresentação da Relatoria do Trabalho pela Relatora quanto às questões que vem incidindo, os resultados, desafios e, principalmente, os problemas e/ou dificuldades quanto as referências político-conceituais-metodológicas, a fragilidade da sociedade civil, e a interface com o Estado

3º momento: Os/as convidados, a partir de suas visões/acúmulos, foram motivados a olhar a Relatoria do Trabalho com vistas a contribuir com as seguintes questões: a) Que questões os desafios e vicissitudes do mundo do trabalho hoje trazem para o exercício dos direitos humanos? b) que questões emergem desse debate e que devem ser acolhidas pela Relatoria como referência, conceito e metodologia de análise? c) há lugar para uma intervenção sócio-política como a da Relatoria do Trabalho no mundo do trabalho hoje? d) que parceiros devem ser priorizados?

4º momento: encerramento do encontro estabelecendo que parâmetros se pode construir para a ação da Plataforma DHESCA Brasil em torno do direito humano ao trabalho?

2. CONTEXTO DAS VIOLAÇÕES AO DIREITO HUMANO AO TRABALHO NO BRASIL¹

Mantendo sua história de paradoxos, o Brasil ingressa o século XXI como um dos países mais ricos e mais desiguais do mundo. A experimentação de novos processos de democracia política e os sensíveis avanços sócio-econômicos, assim referidos pelo Governo Brasileiro no II Informe Brasileiro ao Comitê Dhesca da ONU, infelizmente, não implicaram automaticamente na desconcentração da renda, mas revelaram que o conflito capital-trabalho perdura como motor de desigualdade na história presente.

¹ Texto apresentado pela Relatoria nacional para o Direito Humano ao Trabalho como subsídio para o debate.

Para agravar, a opção brasileira de inserção na economia global - de maneira periférica e subordinada tem provocado mudanças significativas no tecido social, ao reorientar o comportamento do mercado e as condições de trabalho no país. Isso mantém o Brasil no grupo dos países com maior quantidade de desempregados no mundo, atrás apenas da Índia, Indonésia e Rússia.

Nesse sentido, a chamada reestruturação produtiva de cunho tecnológico e de domínio do capital financeiro especulativo internacional, tem causado um desmonte da força de trabalho nacional, extinguindo milhões de ocupações e impondo aos trabalhadores e trabalhadoras do Brasil, o chamado desemprego aberto, associado ao desassalariamento e à generalização dos postos de trabalho extremamente precários e caracterizados pela informalidade.

Mesmo com esse cenário desestruturador das relações e do modelo de trabalho no Brasil, as poucas políticas públicas acenadas pelos Governos até então - na sua maioria fragmentadas, com baixa cobertura social, escassez de recursos públicos, sobreposição de funções, privatização de ações, desvios de objetivos e elevados custo-meio, não conseguiram incidir concretamente sobre essa realidade.

Sem alternativa, os trabalhadores e trabalhadoras ficam à mercê das forças do “livre mercado” e do discurso integrador - no qual “todas as pessoas são iguais” em condições para se inserir socialmente. Na prática, recaindo sobre elas a responsabilidade pela própria inserção através da competição, sendo o insucesso, qualificado como incompetência individual (o trabalhador/a não se preparou para a nova realidade econômica). É desse jeito que o sistema econômico operacionaliza, veladamente, processos de racismo e sexismo, como mecanismos de diferenciação e exclusão.

As conseqüências desse modelo tornam mais dramática a situação dos trabalhadores e trabalhadoras, haja vista que o trabalho representa, para a maioria da população brasileira, a principal porta de acesso aos demais direitos humanos.

Nesse sentido, a exploração do trabalho a partir de interesses mercantis; a persistência de formas degradantes e ilegais de trabalho (trabalho escravo e trabalho infantil); a precarização das relações de trabalho (jornadas de trabalho extenuantes de mais de 10 horas diárias, baixos salários, condições de insalubridade); a desintegração da força de trabalho pelo desemprego estrutural ou de longa duração e pela informalidade; as práticas anti-sindicais (criminalização e perseguição das pessoas que se organizam pela busca de seus direitos); a flexibilização dos direitos trabalhistas com o movimento de desconstituição das conquistas da classe trabalhadora, dentre outras, resulta em baixa auto-estima, sentimento de descartabilidade, e fome, aviltando a dignidade inerente aos trabalhadores e trabalhadoras, como sujeitos políticos de todos os direitos humanos, e ameaçando o exercício de outros direitos com os quais o direito ao trabalho digno mantém uma relação de interdependência (meio ambiente, saúde, educação, moradia, previdência social, etc.).

Inspirada na Declaração Universal dos Direitos Humanos - que este ano completa 60 anos; na Constituição Federal Brasileira que também está comemorando 20 anos de sua proclamação; na Declaração dos Direitos e Princípios Fundamentais do Trabalho da OIT, que há 10 anos já reafirmava o Trabalho como direito humano, e inserida num contexto multifacetado de violações, a Relatoria Nacional para o Direito Humano ao Trabalho se desafia a contribuir para o avanço dos direitos humanos, a partir do questionamento das vicissitudes das relações de trabalho no Brasil, no contexto de capitalismo, e dos caminhos à construção de outra ordem capaz de superá-las. Dessa forma, apresenta nesta cartilha, elementos que possam colaborar

para a construção de um marco de referência para o trabalho como direito humano e enquanto tal, uma das expressões dos direitos humanos de todas as pessoas.

3. RELATORIA NACIONAL PARA O DIREITO HUMANO AO TRABALHO

A Relatoria Nacional para o Direito Humano ao Trabalho integra o Projeto Relatores Nacionais em Dhesca, coordenado pela Plataforma Brasileira de Direitos Humanos Econômicos, Sociais e Culturais – Dhesca Brasil, com apoio institucional do Programa de Voluntários das Nações Unidas (UNV/PNUD) e da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão – PGR/MPF. O seu objetivo é contribuir para que o Brasil adote medidas de proteção e efetivação do direito humano ao trabalho, baseadas na Constituição Federal de 1988 e nos tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil é signatário.

Nesse sentido, é relevante lembrar a satisfação do Comitê de Direitos Humanos Econômicos, Sociais e Culturais da ONU com a participação da sociedade civil brasileira no monitoramento do PIDESC, e com a iniciativa do Projeto Relatores Dhesca, manifesta nos itens 12 e 14 das Observações Finais ao Estado Brasileiro, após a análise do I Relatório do Brasil sobre a implementação do PIDESC em 2003².

12 – O Comitê aplaude a criação, no Estado-parte, da categoria de relatores especiais responsáveis pela monitoração dos direitos econômicos, sociais e culturais, particularmente dos direitos à alimentação, saúde e educação.

14 – O Comitê aplaude igualmente a participação pró-ativa da sociedade no monitoramento da implementação do Pacto, bem como o fornecimento de uma grande quantidade de informações ao Comitê.

Num contexto múltiplas violações ao direito humano ao trabalho, que tem caracterizado a trajetória dessa Relatoria, sua ação procurou influir nas situações que se apresentaram como mais aviltantes no processo de construção da dignidade do sujeito político – trabalhador/trabalhadora.

Considerando diferenciações como identidades, regionalidades e violências sofridas, a Relatoria recebeu denúncias, posicionou-se publicamente; denunciou violações; realizou visitas *in loco*, audiências públicas, reuniões com autoridades e sociedade civil; ouviu vítimas; elaborou artigos e relatórios; mediou conflitos entre trabalhadores/as e empresários; bem como diálogo entre sociedade civil e Estado; participou de seminários e propôs políticas públicas, mudanças de legislação e de práticas institucionais, na intenção de ser mecanismo de monitoramento e proposição.

Ao experimentar como eixo metodológico a intersecção das violências como mecanismos que amplificam a situação dos já grupos vulneráveis, a Relatoria atuou principalmente na investigação das violências estruturais, ao constatar como principais vítimas, os segmentos cuja combinação raça (negra), etnia (indígena) e gênero (feminino), resultaram em subalternidade política e degradação econômica.

Assim, a Relatoria do Trabalho tem enfrentado ao longo de seus mandatos: precarização da vida das trabalhadoras domésticas; superexploração dos trabalhadores do corte-da-cana de açúcar no Nordeste e Sudeste, principalmente as mortes por exaustão; expulsão dos

² Observações Conclusivas do Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Brasil. 23.05.2003. E/C.12/1/Add. 87. 30º Período de Sessões. 05 a 23 de maio de 2003.

trabalhadores da agricultura, pescadores e marisqueiras nos estados atingidos por barragens, projetos de hidroelétricas, usinas de açúcar e transposição no Nordeste, sem a garantia dos direitos civis e trabalhistas, e com a perda dos direitos ancestrais, no caso das populações quilombolas e indígenas; patrimonialismo e o desrespeito aos trabalhadores do serviço público em Humaitá – AM; discriminação dos trabalhadores terceirizados na UFSC no Sul; discriminação de portadores de HIV/AIDS em empresas privadas, instituições religiosas e até Forças Armadas, e trabalho escravo/infantil em Pernambuco.

Como desdobramentos desse conjunto de inserções têm sido salutar a experimentação, pela Relatoria, da condição de mediadora de conflitos entre a classe trabalhadora e o empresariado, e as organizações daquela (associações, sindicatos) e os órgãos do Estado (Ministério do Trabalho, IBAMA, INCRA, CPRH, Ministério Público do Trabalho, etc.). Além disso, tem buscado a Relatoria, influir politicamente na mudança de rumo de questões sensíveis, a exemplo do monitoramento e denúncia de trabalho escravo e infantil; da provocação do Estado para destinar à reforma agrária, as fazendas aonde se constatou trabalho escravo; bem como a superexploração dos trabalhadores do corte da cana; pressionando o Estado a assumir a fiscalização das condições de trabalho nas usinas, e a criar legislação para enfrentar esse problema.

Entretanto, à medida que a reestruturação produtiva impacta de maneira a complexificar, heterogeneizar e fragmentar as relações de trabalho, novas campos de incidência surgem como necessários à ação de monitoramento da Relatoria para os próximos mandatos. Nesse sentido, para seguir os passos desse processo, a Relatoria tem como perspectiva, além de continuar monitorando as vicissitudes do trabalho doméstico, principalmente no que toca à condição das mulheres negras; do trabalho no setor sucroalcooleiro, com o acompanhamento dos impactos do modelo usineiro e do agronegócio, agora pautado pelas monoculturas (cana-de-açúcar/etanol, soja); e do trabalho escravo e infantil; avançar para a análise do trabalho informal no país, através da investigação da situação dos catadores de lixo reciclável e, num diálogo com a Relatoria de Educação, investigar a situação dos trabalhadores imigrantes sem registro (indocumentados) na região de São Paulo; bem como de monitorar a tramitação no Congresso Nacional, das Emendas Constitucionais relacionadas à erradicação do trabalho escravo, reforma sindical e reforma trabalhista, no contexto dos 20 anos da promulgação da Constituição Federal Brasileira.

4. APRESENTAÇÃO DOS PARTICIPANTES E DA RELATORIA

O encontro foi iniciado com uma breve apresentação dos (as) participantes, e do Projeto Relatores Dhesca por Alexandre Ciconello, assessor do INESC e integrante da coordenação colegiada da Plataforma Dhesca Brasil.

Na seqüência, Cândida da Costa – Relatora Nacional para o Direito Humano ao Trabalho apresentou a Relatoria do Trabalho referindo as questões que a mesma vem incidindo, os resultados, desafios e, principalmente, os problemas e/ou dificuldades quanto as referências político-conceituais-metodológicas, a fragilidade da sociedade civil, e a interface com o Estado.

Assim, como problema, a Relatoria apontou: ausência de rede social; diálogo insuficiente com organização de trabalhadores/as; o fato dessas organizações não fazerem o debate do trabalho como direito humano; pouco retorno dos órgãos públicos;

ampliação das formas de exploração da classe trabalhadora pelo aprofundamento do capitalismo; desconstituição dos direitos trabalhistas; e processos de criminalização.

Como desafios, a Relatoria identificou: acumular um debate sobre direito humano que supere a retórica jurídica e incorpore as dimensões estruturantes das violações ao direito humano ao trabalho; debruçar-se sobre o trabalho informal; construir uma rede social; construir uma intervenção mais próxima da luta dos trabalhadores/as; construir uma relação com os organismos internacionais que fortaleça a Relatoria para se diferenciar das organizações sociais nacionais; aprofundar os mecanismos de exigibilidade dos Dhescas; acompanhar a tendência dos projetos ditos de desenvolvimento do Brasil e enfrentar os processos de criminalização. Tudo isso, na perspectiva de que os convidados (as) pudessem se pronunciar sobre as seguintes questões centrais para a Relatoria:

- ✚ que questões os desafios e vicissitudes do mundo do trabalho hoje trazem para o exercício dos direitos humanos?
- ✚ que questões emergem desse debate e que devem ser acolhidas como referência pela Relatoria do Trabalho?
- ✚ há lugar para uma intervenção sócio-política como a da Relatoria do Trabalho no mundo do trabalho hoje?
- ✚ que parcerias devem ser priorizadas?

Para nivelar as informações, foi dedicado um tempo, nesse primeiro momento, para que os (as) participantes pudessem expressar dúvidas e considerações ligeiras sobre a Relatoria do Trabalho, a Plataforma DhESCA Brasil, e os processos com os quais elas estão envolvidas. Importa perceber que muito dessas reflexões já apontam caminhos para o processo de ressignificação da Relatoria e da própria Plataforma. Assim, elencaremos as mesmas com a indicação das autorias.

Marco Natalino, representante do IPEA, indagou sobre a existência de relação entre a Plataforma DhESCA Brasil, o capítulo nacional, e a Plataforma Interamericana de DH. A coordenação da Plataforma esclareceu que esta última é uma rede de organizações da sociedade civil interamericana, formada por 17 países que foram estimulados a construir uma agenda comum. Esta rede é constituída por GTs, atividades comuns e debates, tendo havido no início um interesse em replicar o Projeto Relatores Nacionais em outros países. No contexto das agendas, o Brasil definiu focar no debate sobre o modelo de desenvolvimento, integração e direitos humanos.

Jayme Benvenuto, representante do GAJOP e professor da UNICAP, perguntou se havia relação entre o Projeto Relatores e o governo federal, algum tipo de cooperação com a SEDH, ou algum nível de dificuldade. Cândida da Costa explicou que a Relatoria tem uma maior relação com o Ministério do Trabalho e Emprego. A este, a Relatoria apresentou um conjunto de recomendações, com as quais o então ministro Luiz Marinho, se comprometeu em cumprir.

Com essa intenção, o MTE constituiu 02 comissões, uma trata das relações de trabalho no setor sucroalcooleiro, está atualmente ligada a Secretaria Geral da Presidência da

República, e discute a certificação social da cana de açúcar brasileira; a outra, também formada pela CUT e CONTAG, discute as boas práticas no setor canavieiro e o que poderia se constituir como um protocolo para o Brasil.

A relatora destacou, ainda, que o MTE também aumentou a fiscalização das relações de trabalho, colocando como prioridade a fiscalização rural, que passou a ocorrer de maneira periódica após as recomendações. Entretanto, ela compreende que o MTE tem um papel limitado na fiscalização e autuação das empresas, razão pela qual o governo precisa avançar numa definição do que seria possível evitar em relação à precarização das relações de trabalho, discussão muito maior com as usinas do que a que é feita a partir da fiscalização e autuação. O MTE demonstrou ser receptivo, concedeu audiências, informou suas ações, mas sempre dentro dessa limitação estrutural que marca a atuação do MTE, com número limitado de fiscais, de carros, etc.

A SEDH também é muito aberta, mas tem um pequeno poder de fogo no que se refere às respostas necessárias. Entretanto, apoiou as Relatorias do Trabalho e de Água e Terra Rural quando estas foram processadas pela Usina Trapiche de Pernambuco, após Missão de Investigação naquele estado para verificar denúncias de violações aos direitos humanos dos trabalhadores/as das Ilhas de Sirinhaém em 2007. Os relatores Cândida da Costa e Clóvis Zimmermann, respectivamente, respondem hoje por calúnia e difamação, numa Queixa-Crime interposta por aquela usina na Comarca de Recife, tendo a SEDH se disposto, inclusive, a dialogar com o TJPE. Após explicitação da ação, mecanismos utilizados, e os limites da Plataforma, Jayme Benvenuto sugeriu que o caso fosse encaminhado aos mecanismos extra-convencionais da ONU – Relatoria Especial sobre Defensores de DH.

A coordenação da Plataforma DhESCA informou que não há mais a relação com a SEDH que existia antes, porque as pessoas mudaram, entretanto, a mesma é muito aberta, e a Plataforma tem uma boa relação a partir da discussão do sistema de indicadores e conferência nacional de DH, por exemplo. Além disso, a SEDH permanece integrante do Conselho Político do Projeto Relatores Nacionais, assim como a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão - PFDC/MPF, e algumas instâncias da ONU. Em breve a Plataforma irá retomar esse diálogo com a SEDH, já que em 2009 vai se iniciar um novo mandato para as relatorias.

Antônio Lucas, representante da CONTAG, chamou a atenção para uma ação pela qual a CONTAG lutou muito no Brasil, e que é desenvolvida pelo MTE e MPT. Trata-se do Grupo Móvel de investigação de violência no campo, atualmente muito voltada para o setor canavieiro, e que trabalha a partir de denúncia. O seu interesse foi saber se há algum nível de diálogo entre esse grupo e a relatoria, se aquele remete alguma situação para as relatorias e se a plataforma tem acompanhado esses procedimentos?

Ele destacou que durante a ação desse grupo, se observam muitas violências contra os DH, a exemplo da situação de trabalhadores que são obrigados pelas polícias a trabalhar para comer, pessoas em tal situação de miséria, que se submetem a trabalhar em troca de um prato de comida mesmo, porque não tem outra alternativa, mas não se sabe quem tratar e as encaminhar, porque esse tipo de violência não é identificada e retratada

nos relatórios oficiais do grupo. A ação do grupo móvel se esgota no tratamento das violações relacionadas aos direitos trabalhistas. Para Antônio, essa ação está acima da ação de fiscalização.

Antonio também colocou como problema a pouca efetividade dos termos de ajustamento de conduta – TACs e das ações civis públicas sobre trabalho escravo intentadas pelo MPT, na garantia dos direitos dos trabalhadores (as). A ausência de mecanismos efetivos de fiscalização, o não retorno do MPT ao local da violência, para comprovar o seu cumprimento dos termos de ajustamento têm informado que esses se limitam a situações menos graves. Relatou ainda o cerceamento do direito dos sindicatos de acompanhar o trabalhador (a), e a ação do MPT por ocasião da celebração do TAC. Além disso, questionou sobre a competência desse instrumento também se debruçar sobre violações de DH, uma vez que sua experiência aponta que os TACs também só têm discutido direitos trabalhistas.

Marco Natalino faz um adendo informando a experiência do IPEA em torno desse tema, no diálogo com o MPT. Segundo esta, o trabalho do MPT se dá a partir de denúncias, é um modelo reativo, o que significa que no paradigma cartorial da justiça brasileira, aonde é necessário se dar uma resposta, o máximo que o MPT tem feito, quando provocado, é a celebração de um TAC.

Entretanto, após isso, há uma total falta de controle sobre o seu cumprimento, o que implica num problema para a ação do órgão. Apesar da pluralidade do MPT, suas instâncias superiores também tem tido a consciência de que essa é uma questão/problema, ou seja, o de que o TAC não resolve tudo.

Ainda no diálogo IPEA/MPT, se identificou vários modelos de TAC e, como sugestão, o IPEA apontou a necessidade de se ter um modelo padrão de TAC, não exatamente por denúncia, mas por área; a importância de se retornar ao local da violência para ser possível fazer uma avaliação de impacto, já que para o próprio MPT parece não haver grande impacto no modo de fazer atual.

O IPEA defendeu que o MPT precisa monitorar os TAC e que estes têm mandato para tratar das questões de DH relacionadas ao mundo do trabalho (alimentação inadequada dos trabalhadores/as, local de moradia, saneamento básico, lugar inadequado para dormir, ambiente de trabalho insalubre, etc.).

Irmã Inez Facioli, representante da Pastoral do Migrante, afirmou que tem dificuldade de entender essa estrutura, enquanto rede, articulação, e papéis, no que se refere ao MPT, órgãos de justiça, etc., destacando que os trabalhadores (as) têm mais dificuldade ainda. Segundo ela, quando os sindicatos vão fiscalizar no campo, se reúnem com as usinas, dizem como tem de ser às mesmas, registram, por sua vez, os representantes dessas se comprometem, mas, passado algum tempo, a situação retorna ao mesmo estágio de violência anterior.

Para a Irmã Inez, não dá para perceber que tipo de articulação existe entre os trabalhadores, os sindicatos, as federações, o MTE... “não sei se estou vendo os órgãos de maneira hierarquizada, porque cada um tem um papel, uma forma de fazer a sua investigação...”. Para ela, a Plataforma DhESCA deveria estar no centro ou acima dessas

instâncias, para poder ter conhecimento de tudo e mostrar os pontos fracos que precisam ser corrigidos.

Ela relatou que em 2005, quando a Plataforma esteve em SP, fazendo a missão dos canavieiros através da Relatoria do Trabalho, quem ficou visibilizada foi a ONU, “...eles nem falaram na plataforma, diziam, a ONU esteve aqui, agora vai melhorar...”. Para ela, as pessoas não vêem a relação entre as coisas, mas a hierarquia entre elas, quem vai cobrar de quem. A plataforma, portanto, deveria ter esse poder, essa interferência para estar se ligando, dialogando, cooperando com esses órgãos, porque depois “a coisa esfria”.

Sobre o MPT, relatou que no interior de SP, eles estão trabalhando em parceria com a Vigilância Sanitária para fiscalizar as moradias dos trabalhadores (as).

Cândida da Costa reafirmou a importância da Relatoria ter esse poder que a Irmã Inez reclama, entretanto, esclareceu que somos uma organização da sociedade civil que procura investigar violações emblemáticas e cobrar a ação das autoridades públicas. A relatoria não tem poder de exigir, ou mandato para ingressar com uma ação na justiça. Além disso, a Plataforma não tem personalidade jurídica, e está construindo essa experiência de DH dentro de um país que não tem cultura de respeito aos direitos humanos.

Sobre a vinculação com a ONU, a relatora esclareceu que o Projeto Relatores Nacionais é apoiado pelo Programa de Voluntários da ONU - UNV, mas agora está buscando uma relação mais orgânica com a ONU e a OIT, que já foi tentada antes, esperando que isso venha a aumentar o poder de pressão das relatorias. Na ausência desse marco, o que pode ser afirmado é que, quando vão às áreas de conflito e violação, as relatorias primam por informar sua natureza de sociedade civil e, como tal, com certas limitações, esclarecendo que ainda assim, é procedimento das relatorias as ações de cobrança das responsabilidades aos governos.

João Luiz, representante do MST, informou que acompanhou o trabalho do Flávio Valente, então Relator Nacional para o DH a Alimentação Adequada, Água e Terra Rural, e que o trabalho principal da relatoria, em contato, ou em conjunto com a relatoria da ONU, é de fazer a denúncia e de trabalhar para que no futuro essas denúncias façam sentido. Para ele, a ação das relatorias deve resultar na penalização do Estado pela violação aos direitos. O papel das relatorias, portanto, é mais no sentido de dizer que o Estado, por seus agentes ou através de agentes privados, está descumprindo os DhESCAS e que deve responder pelo descumprimento dos tratados ratificados que se obrigou.

5. TEMAS PARA ATUAÇÃO DA RELATORIA PARA O DIREITO HUMANO AO TRABALHO

O segundo momento do encontro foi dedicado ao debate das questões centrais escolhidas como motes para a (re)orientação da intervenção social da Relatoria Nacional para o DH ao Trabalho.

5.1 QUESTÕES, DESAFIOS E VICISSITUDES POSTAS PELO MUNDO DO TRABALHO HOJE PARA O EXERCÍCIO DOS DIREITOS HUMANOS

O professor Ivandro Sales da UFPE iniciou o diálogo informando do desafio que era, em meio a tudo aquilo, perceber que ênfase daria naquilo que já tinha uma estratégia, quais questões teóricas e estratégicas deveria dar ênfase, a partir de sua experiência, nesse momento vivenciado pelo país, e nesse momento do trabalho no país.

Para ele, a primeira questão a ser resgatada é o direito que as pessoas têm de produzir bens, serviços, e conhecimentos para a sociedade, como um direito humano muito fundamental do ser trabalhador, do ser contribuidor (a) da produção para a sociedade.

Esse é um direito humano que, imediatamente, exige outras contrapartidas, porque o direito de contribuir desgasta, e exige outros direitos de reposição de energia, traduzidas nos campos do serviço de educação, saúde, segurança, lazer, etc. A esses direitos de contribuição e reposição o professor chamou de direitos econômicos.

O problema é que em nossa sociedade capitalista, a ênfase é em outras coisas, ou seja, nessa sociedade, os trabalhadores (as) foram reduzidos a força de trabalho - à mercadoria força de trabalho. A violência fundamental portanto, é ser trabalhador (a) e ficar empobrecido como força de trabalho imposta no mercado, ou seja, quem é sujeito virou objeto.

Entretanto, no estágio atual, bem explicitado nos relatórios de desemprego estrutural, as pessoas não estão sequer conseguindo ser mercadoria. Então, o professor ressaltou que ser força de trabalho já é muito ruim, “ser mercadoria é uma desgraça”, mas pior é não conseguir ser sequer mercadoria - é o desemprego estrutural, essa é a grande violência.

O mais triste é que, nessa sociedade capitalista, as pessoas só têm alguma chance se forem exploradas, no momento em que não estão exploradas, são inativas, inúteis. Se não são exploradas, não serão nada. Os aposentados, as crianças e adolescentes, de quem o capitalismo não vai precisar, são traduzidas como perdas social, são “custo Brasil”, vão ficar por aí vendendo *bugingangas*, e vão morrer e serem culpabilizadas pela própria morte.

Então, um primeiro grande desafio é que dentro do capitalismo não há salvação! A questão é como saltar fora dessa lógica. E como quem está preocupado com a questão do trabalho, que contribuição tem, onde está, como está, para mudar esse modo de produção capitalista? A contribuição é, de onde estar, como ajudar a construir outra lógica. Para o professor Ivandro Sales, se dentro do capitalismo não há salvação, então já se tem, nesse campo, uma perspectiva política, ou seja, que tipo sociedade, de cidadão (ã), de trabalhador (a) eu quero ajudar a construir, onde e como? Perder essa perspectiva é ficar nos casos emblemáticos, ou na política dos casos.

Como saltar fora da lógica do capital? No mundo atual não há mais a guerra dos movimentos, uma força avançada; mas a de posições, contaminando os passos, como se pode, atuando em trincheiras, qual vai ser a nossa guerra de posições? Nesse sentido, é muito urgente que se fundamente outra concepção de Estado, pois a nossa concepção é de um tempo em que nós não existíamos, nós as organizações, sindicatos, cooperativas, movimentos populares, era o tempo em que Estado era igual a governo.

Mas, se estou tomando Estado não mais como governo, há outros agentes que fazem a gestão - se governo não é uma força, é uma função, há outros agentes que fazem a gestão da sociedade. Assim, é preciso também resgatar a função estatal da sociedade civil, até agora tratada como mendiga, pedinte e, quando muito, fiscalizadora do controle social, para reivindicar o *status* teórico mesmo de co-gestora de políticas públicas.

Aqui já mudaria muito o conceito de público. Pode ser muito bem sociedade civil pública e governamental privado. Muitas coisas do Estado chamo de privada e mil coisas da sociedade civil chamo de pública. Enquanto a sociedade civil não se considerar co-gestora de políticas públicas, ultrapassando os limites de ser coadjuvante, vai continuar sendo pedinte, mendigando, nas tentativas de ser fiscal, e não vai chegar lá.

Outra concepção que investiria é sobre outra concepção de democracia. Esta que temos, representativa parlamentar, chega apenas até o voto, que não significa nada. Nós não sabemos em quem votamos, por que votamos. É muito importante resgatar a participação e a co-gestão em tudo. Como deixar de querer ser governo? Como superar a concepção de Estado e a de democracia parlamentar representativa para ter noção de outra democracia e de participação/co-gestão nos níveis todos?

Importante também na idéia dos direitos de produzir e da reposição; incorporaria no mundo do trabalho, de quem está incluído e excluído, o direito de ter poder, de ter o que dizer sobre as coisas, da participação; investiria no direito do sentir, pensar, querer, agir, no direito à cultura, que é a questão da educação, educação como aprimoramento da cultura, ajudando as pessoas a ser mais “sabidas”, para ir à luta mais fortalecidas.

É importante incorporar um outro direito: o direito aos cuidados, ao afeto, à beleza. Nesse mundo nosso capitalista do individualismo, do salve-se quem puder, do “puxar o tapete”, tentar resgatar a amizade, os cuidados, os afetos, é algo que pode ser muito valioso. Então, qual é a questão política?

Para o professor Jayme Benvenuto, do GAJOP, o que é inquietante, desde que militava na Plataforma DHESCA, porque foi o primeiro coordenador do Projeto Relatores, mas também em função do trabalho acadêmico desenvolvido no seu mestrado e doutorado, em torno dos direitos sociais, é o fato da extrema dificuldade em se realizar os direitos sociais. Evidentemente que por essas dificuldades não se deva abandonar a luta. Ao contrário, o que justifica que tenhamos um olhar especial, e desenvolvamos estratégias para fazer valer os direitos sociais é, justamente, a maior dificuldade de que esses direitos sejam transformados em realidade.

Nesse aspecto, é importante levar em conta que há uma dificuldade maior em relação aos outros tipos de direitos. Não é o caso de se pensar na classificação geracional,

porque ela precisa ser superada, uma vez fragmentar o sentido dos direitos humanos, mas enfim, estamos presos a essa classificação de uma forma que fica até difícil às vezes, se pensar para além dela.

Entretanto, precisamos ter consciência de que há uma normativa que é contrária, quase que nega, afirma e quase nega a realização dos DHESCAS, tanto no plano interno, como no internacional. Isso é algo que precisa ser considerado para podermos perceber quais estratégias são mais adequadas para fazer valer esses direitos, na medida em que se pode desenvolver parcerias com setores estratégicos que possam fazer avançar.

Nesse caminho é preciso ter consciência, também, de que trabalhar com direitos civis e políticos é diferente do trabalho com os DHESCAS, porque a realidade impõe essa distinção. No primeiro caso, é difícil, mas há os remédios, ainda que formalmente criados na legislação, nas políticas públicas, ainda que o estado não esteja organizado adequadamente para fazer valer esses direitos, mas a diferença é ainda maior com relação aos direitos sociais, porque não há, sequer, mecanismos claramente definidos para efetivá-los.

No caso do direito humano ao trabalho, embora tenhamos remédios criados, porque somos dos poucos países do mundo que temos Justiça do Trabalho, aqui há uma distinção dentro dos direitos sociais. Outros direitos sociais não têm mecanismos definidos, e o direito ao trabalho tem, no entanto, acredita o professor Jayme que há uma dificuldade maior que os outros direitos sociais que não tem “remédios”.

Segundo ele, já é difícil trabalhar, por exemplo, para fazer valer os direitos ambientais, mas trabalhar com a idéia de sustentabilidade ambiental não é exatamente contrária ao capitalismo, dá pra trabalhar dentro dele essa questão; trabalhar com a idéia de que todos têm direito a algum nível de saúde, não é também, absolutamente incompatível com o capitalismo; da mesma forma o direito a educação, há países absolutamente capitalistas que trabalham com a perspectiva de universalização da educação.

Entretanto, trabalhar na perspectiva da universalização do direito ao trabalho nos dias de hoje, e mais que tudo, trabalhar com a perspectiva da formalização ao direito ao trabalho, é um desafio muito grande nesse contexto.

Há uma preocupação com o que seria a perspectiva dos direitos humanos, no que cabe a cada um dos direitos? No caso da educação, para ele, é a universalização, acessibilidade, todos aqueles princípios definidos pelo próprio Comitê PIDESC, além da doutrina que também define esses princípios.

Trabalhar com o direito ao trabalho numa perspectiva de direitos humanos nos levaria a esse sentido de universalização. Isso significa que todas as pessoas viriam a ter direito ao trabalho, e ao trabalho digno. Nesse sentido, há uma dificuldade enorme de efetivar isso.

Essas questões são levantadas não para que, em função delas, devamos minimizar a nossa ação e deixar até de trabalhar com a perspectiva do direito humano ao trabalho, mas para ter consciência de que existe uma dificuldade muito grande e que, dentro dos direitos sociais é maior ainda para o direito ao trabalho.

Então, o desafio é, ainda que em termos conjunturais, chegarmos a uma aproximação do que seria, dentro de uma perspectiva de definição de prazo, numa visão progressista e não tradicional, mas no sentido de que não poderemos fazer valer os direitos humanos de uma só vez. Há um déficit de direitos milenar, então não poderemos efetivar todos os direitos humanos ao mesmo tempo e agora, daí a importância de definir prazos para alcançar determinados direitos.

Então, numa perspectiva conjuntural, nós não poderemos eleger hoje como nossa meta, universalizar o direito ao trabalho daqui a 5 anos mas, dentro de 05 ou 10 anos, o que é possível pensar em termos de efetivação do direito ao trabalho, ainda que em condições mínimas, dentro de uma perspectiva de direitos humanos? Ou seja, como atribuir ao direito ao trabalho, com as limitações que tem, a perspectiva dos direitos humanos?

Poderia ser através da averiguação de situações de violência a grupos vulneráveis, ou seja, através do monitoramento de locais onde direito ao trabalho esteja sendo violado para grupos vulneráveis como soropositivos, homossexuais, mulheres, crianças? Seria essa, ou seria outra coisa? Para ele, outra preocupação é que falamos na perspectiva da indivisibilidade, mas o próprio Projeto Relatores trabalha cada um no seu canto.

Nesse sentido, é salutar lembrar, uma estratégia utilizada pelos então relatores nacionais Jean Pierre e Flávio Valente, na perspectiva da missão conjunta, que é uma forma de quebrar a lógica da divisibilidade. Essa estratégia demonstrou ter um potencial enorme de ampliar o sentido do que seja a repercussão em torno das violações aos direitos humanos. Esse é um tipo de preocupação de dotar uma perspectiva de direitos humanos para o nosso trabalho.

Para João Luiz, representante do MST, a questão de fundo é fazer o acompanhamento do trabalho das Relatorias. Na questão da indivisibilidade, se pudéssemos fazer uma relatoria em conjunto a outros relatores, facilitaria o acompanhamento porque este fica por conta de quem está lá, e muitas vezes essas pessoas são as que têm um envolvimento direto no processo. Quando é o gestor público, faz para negar, quando é o trabalhador (a), está diretamente envolvido (a) no processo, e tem seus direitos negados, então fica em constante conflito e não tem uma visão de conjunto pra fazer valer seus direitos.

Um trabalho em conjunto facilitaria na visibilidade, na cobrança, na intimidação dos violadores, e no acompanhamento da situação, circunstância que não acontece na maioria das relatorias, “quem acompanha é quem está lá”. João Luiz afirma que a unificação das relatorias seria interessante para o acompanhamento, não para se tornar uma só, mas para uma delas acompanhasse posteriormente a situação investigada, como estratégia de inibir os que estão violando os direitos, porque as relatorias são agentes externos. Ele reflete que o trabalhador (a) precisa do trabalho, por mais que ele seja degradante, e nesse contexto, seus direitos vão sendo deixados de lado, porque o trabalhador (a) precisa do trabalho para comer, “se nós não estivermos acompanhando, os empresários só querem dinheiro, lucro, e os direitos continuarão a ser violados.”

A relatoria faz um papel brilhante, só que os movimentos têm várias tarefas para encaminhar, outras questões a acompanhar, e as ações da relatoria acabam não tendo acompanhamento. A unificação das relatorias é interessante, não para ser uma, mas para

fazer ações conjuntas para que uma delas fique com o acompanhamento. Nas suas reflexões, não é bem o papel da relatoria fazer o papel de exigir, mas só o fato de elas irem saber o que está acontecendo já inibe quem está violando, e induz a uma certa modificação.

Para a Irmã Inez Facioli, da Pastoral do Migrante, o grande desafio primeiro era dar visibilidade ao mundo do trabalho que está aí. Por exemplo, no mundo urbano, os tipos de trabalho relacionados aos direitos humanos; no mundo rural seria priorizar alguns setores, talvez através de um programa de DVD sobre o trabalho das relatorias, a relatoria teria de mostrar para outras entidades e para o governo, já que não tem como demonstrar para a sociedade.

Outro desafio é a mobilidade urbana. Hoje as pessoas se deslocam de seus locais de trabalho e de origem por causa do trabalho. Como o acompanhamento dessa mobilidade dos trabalhadores pode ser feito pela relatoria e outros organismos? Isso deve ter algum olhar, algum direito, algum acompanhamento, alguma ação para essa situação, por parte dos que se mobilizam – as empresas.

Que amparo tem os migrantes nos locais aonde vão? O dinheiro que ganham fica no local de destino, ela alerta que eles dão lucro para as empresas, geram benefícios para os locais aonde vão, porque nos locais que deixam, continuam bastante empobrecidos, porque as remessas ainda são muito mínimas.

Outra questão é a educação, o analfabetismo. Os trabalhadores estão indo cada vez mais para um trabalho aonde dominam cada vez menos a realidade do trabalho, lidam com contratos, convênios que não entendem. E como lidar com essa situação? Outra questão por fim, apontada pela Irmã Inez é a da mecanização, que é bem vinda para os cortadores de cana, mas haverá milhares de postos de trabalho eliminados, é a ausência do direito ao trabalho.

Ligia Cardieiri, da Plataforma DhESCA Brasil, por sua vez, traz brevemente a discussão da contradição do que alivia violação de direitos dos trabalhadores.

Cândida da Costa, relatora para o direito humano ao trabalho, alerta que a previsão de trabalhadores fora do mercado pela mecanização é de mais de 200 mil, esses têm baixa escolaridade e não há nenhum projeto ou preocupação por parte do governo para que eles sejam assimilados em outra esfera de trabalho. A previsão de absorção é de apenas 6% da mão-de-obra.

Milena Prado, do DIEESE, aponta que falando a partir do lugar aonde está, o DIEESE, organização que nasce dentro do mundo formal do trabalho, porque é uma entidade constituída por movimentos sindicais há 50 anos atrás, para discutir o que os dados oficiais diziam e era contraditório com a realidade social.

Para o DIEESE, o ator principal é o movimento sindical e, nesse sentido, um primeiro desafio foi a redemocratização da sociedade brasileira, e um segundo, foi o próprio emprego, não só como geração, mas do ponto de vista da manutenção dos postos de trabalho gerado, da qualidade da inserção dessa ocupação, porque não basta discutir emprego se não se resgata a qualidade desse.

Do final da década de 80 e década de 90, no contexto da reestruturação produtiva, o mundo do trabalho virou uma grande complexidade sobre o que é que precisamos discutir, não só a partir dessa geração de emprego, mas também sobre o que é que esse emprego, de fato, constrói no seu entorno, no campo dos direitos humanos. Nesse ponto, todos os itens apontados pelo texto apresentado pela Relatoria já dão conta dessa complexidade.

Essa é uma discussão para o movimento sindical que não se dá de imediato. O que está posto de imediato é como se discute as práticas anti-sindicais, a organização do processo de trabalho, a inserção da mulher e do negro no mercado de trabalho, daí a criação do INSPIR no início da década de 90, como resultado do movimento sindical pressionando uma discussão de que havia uma diferença de tratamento, no mundo do trabalho, por causa da cor, assim com também a própria CUT teve um papel de discutir, através da comissão nacional das mulheres a discussão de gênero dentro do mercado de trabalho.

Então esse mundo é muito informado pelo que está formalizado. A discussão está no campo do trabalho formal. Só que o que acontece com a reestruturação ou desestruturação produtiva dos anos 90 é que se começa a vivenciar uma desestruturação do mercado de trabalho, discutida pela própria OIT do ponto de vista das convenções, de que temos um trabalho absolutamente heterogêneo, a maioria da população não está no mercado formal, ao contrário, há milhões de especificidades e vínculos de trabalho nesse país.

Como eu olho pra isso? Numa outra parte do mundo do trabalho em que os critérios de inserção não são objetivos, a possibilidade das discriminações veladas acontecem abertamente. As discriminações veladas nos anos 90 informaram ao DIEESE, a partir do próprio movimento sindical, que não dá mais para olhar apenas para o mundo do trabalho formal, não dá mais como discutir desenvolvimento sem considerar a perspectiva da economia solidária, porque esse assunto só é trazido pela economia solidária sustentável, não só no sentido do aspecto econômico, mas no sentido de se conseguir promover mudanças estruturais no campo do acesso aos direitos sociais.

Esse eixo então, passa a ser colocado no momento em que o movimento sindical também faz essa reflexão. Então esse ator é fundamental, na medida em que essa reflexão, nas diversas resoluções das centrais sindicais, questiona como é que vamos olhar o emprego que está sendo gerado? É preciso antes, olhar para o tipo de desenvolvimento que se está discutindo, que tipo de Estado que o movimento sindical discute ou quer fazer valer? Ao mesmo tempo, como é que consegue encampar, para dentro da instituição que pensa o trabalho formal, o grande mundo que é o trabalho informal?

Como discutir o mundo da informalidade, porque ela também é diversa. Tudo é ruim? Tem algo dentro dessa informalidade que pode ser bom? Como discutir essa diversidade, inclusive para o movimento sindical e para a sociedade brasileira, que discute o trabalho com carteira assinada? Tratando isso, como intervir nesse universo do trabalho, no sentido de garantir direitos, proteção social, seguridade social, que não é

garantido de forma alguma para aqueles que estão fora desse mundo formalizado? E é possível dentro desse sistema?

Então, da forma como a estrutura está colocada, da forma como ainda se dá o lucro, de como a produção se movimenta, e não é só a mão de obra, os desafios são todos: o do emprego que tanto reivindicamos; o do desenvolvimento que, de alguma forma a gente ou processa, ou escolhe ou constrói; o da renda, ou seja, como a riqueza está sendo distribuída nesse país?

Para a pesquisadora Milena, é importante se discutir novos indicadores de riqueza para se pensar a riqueza nesse país, porque nos últimos 100 anos não mudou 0,2% do que é gerado e apropriado pelos 10% mais ricos, e do que é gerado e apropriado pelos 50% mais pobres.

O DIEESE trabalha com o rendimento do trabalho porque é importante pensar os salários. O rendimento do trabalho hoje é absolutamente importante para se pensar quando se trata da questão da geração de emprego, da qualidade desse emprego, e do processo de desenvolvimento.

Outro elemento importante apontado é perceber a forma como o rendimento é auferido, medido, distribuído. Mal ou bem, o movimento sindical teve um papel importante nos últimos anos de estabelecer algum patamar de rendimento para a classe trabalhadora que está no mercado formal de trabalho. Então, na indústria, tem negociação, e é por isso que o eixo da negociação é importante também, porque é um dos instrumentos para classe trabalhadora, para dizer que o rendimento não dá para descer além do mínimo, ou tem de ter um piso estabelecido, ou tem de ser pensado regionalmente.

Essa discussão do rendimento é importante porque, pela primeira vez nesse país, se discute a valorização do salário mínimo, mesmo este governo não discutindo com a sociedade civil como deveria. Pela primeira vez se discute a valorização do trabalho doméstico, o FGTS para essas trabalhadoras, mesmo esse processo não avançando.

Trabalho doméstico é uma conta simples: milhões de mulheres são colocadas nesse mercado por ausência a todo um processo social de educação, possibilidade de realizar um trabalho em condições menos precárias, mais valorizado, melhor remunerado, no entanto, isso é representado como acesso. Então, resta a essas mulheres que saem do mundo rural, ou as mulheres do mundo urbano, que não conseguem efetivar uma outra inserção no mercado de trabalho, ser trabalhadoras domésticas. E onde isso é absolutamente comum é no Norte e Nordeste.

Na região metropolitana do Recife o peso do trabalho doméstico é de 10%, o mesmo peso do trabalho na indústria, isso significa que esse setor emprega ainda uma grande quantidade de pessoas, mas em que circunstâncias? E todos sabem como uma menina aos 14 anos de idade entra numa casa de família e ganha um sabonete, um perfume, uns presentes, em troca desse trabalho, e o salário mesmo é outra discussão. Se ela é mulher, e é negra, ela vai se inserir precocemente nesse mercado de trabalho, e vai sair tardiamente, porque ela não tem o trabalho que garanta ao fim de sua vida, uma seguridade social e o direito à aposentaria.

Então essas mulheres estão subordinadas a manter a reprodução de outras famílias, não a delas, mas a de outras. Na verdade, ela garante que na maioria das vezes, nós podemos estar nos nossos espaços de trabalho, podemos realizar nossas atividades, podendo deixar nossas crianças... As diaristas, então, estão numa situação piorada, principalmente quando se olha a regionalidade.

Essa especificidade do mundo do trabalho precisa ser observada, num país como este, para efeito dessa análise. A discussão, portanto, não pode ser pelo que está estabelecida no mercado como mercadoria, mas pela valorização do trabalho da pessoa. A outra questão é como se regula o preço desse mercado, do ponto de vista da moradia, saúde, educação, etc., oferecidas?

Por fim, o último ponto destacado foi a discussão das políticas públicas. Esse é um tema mais recente para o DIEESE, do ponto de vista da promoção do emprego e, mais recentemente, as reformas que colocam a discussão do trabalho como centralidade (como discutir valorização do salário-mínimo, preço da cesta básica, quem são os trabalhadores, como vão se aposentar, etc.) isso está por dentro das políticas públicas porque não é possível apenas dialogar com a FIESP etc., tem de passar pelo Estado, em algum espaço que seja tripartite. Quanto a isso, a sociedade civil acompanha o debate da reforma da previdência muito mais como observadora que como interventora nesse processo.

Há dois pontos finais interessantes no texto apresentado pela relatoria: a importância da relatoria pautar o trabalho doméstico, e o avançar para a análise do trabalho informal. O trabalho doméstico é uma discussão antiga de algumas pessoas do DIEESE, próximas a questão de gênero e raça, mas o órgão ainda não conseguiu colocar isso pra dentro, no sentido de ser a ação orientadora da sua atuação. O DIEESE trabalha a questão de gênero quando volta para o mundo sindical, mas não conseguiu ampliar a interlocução com os movimentos sociais.

Há alguns anos atrás foi constituído o núcleo de reflexão feminista pra discutir o mundo do trabalho produtivo, porque as organizações de gênero discutiam o mundo do trabalho reprodutivo, e as mulheres encamparam uma reflexão mais ampla em torno disso, buscando ver como transformar isso em ações. A questão de gênero ainda é um conflito para o mundo trabalho urbano e rural, neste, as mulheres fazem todo o trabalho em torno do cuidado com os animais, mas não são reconhecidas como mulheres trabalhadoras que contribuem com a renda na sua própria casa.

Uma coisa é dizer que as mulheres são oprimidas e outra é ver as pessoas apreendendo o dado concreto, a estatística que informa o que se observa no dia a dia. É isso que tem ocorrido no que se refere ao trabalho informal. Como o texto da Relatoria afirma, é no mercado de trabalho onde o capitalismo operacionaliza o preconceito. Não há como negar, e o dado tem informado isso.

Então as questões que desafiam o mundo do trabalho são imensas: como nós pensamos o rendimento; a inserção e a qualificação da ocupação; as práticas sindicais, porque o que é isso de um dirigente não poder acompanhar uma ação dentro de seu espaço de trabalho?, a desvalorização do trabalho doméstico. Essas não são questões antigas, são

antigas e novas e vão perdurar ainda por um bom tempo, porque as mudanças de fato não ocorrem de imediato, pra mudar uma estrutura da forma como está colocada no capitalismo.

Não dá pra pensar esse mundo do trabalho sem olhar a transformação desse modo de produção do trabalho, ou seja, como é que conseguimos intervir num Estado para que efetivamente cumpra a proteção legal ao trabalho? Num Estado que olhe para o desenvolvimento que, quando chegue à região, não desestruture a mão obra local? Como internalizo este desenvolvimento? Então, o papel do Estado é fundamental pra fazer essa discussão, embora não se saiba se esse estado dá conta dessa tarefa.

5.2 QUESTÕES QUE EMERGEM DESSE DEBATE E QUE DEVEM SER ACOLHIDAS COMO REFERÊNCIA PELA RELATORIA PARA O DIREITO HUMANO AO TRABALHO

Antonio Lucas, representante da CONTAG, aborda o tema da mecanização da agricultura como problema para os trabalhadores (as), e como alternativa que polui muito mais que a queima da cana, ressaltou que esse tema foi pauta da recente Conferência Internacional sobre Biocombustível sediada no Brasil em novembro/2008.

O trabalho na agricultura emprega hoje milhões de trabalhadores, e a CONTAG deseja acabar com esse tipo de atividade penosa, mas gradativamente, garantindo-se elevação de escolaridade, pois é preciso que o governo encontre alguma alternativa, a exemplo da liberação do seguro desemprego para o trabalhador (a), na época da entressafra.

A questão é como transformar um trabalho doloroso, penoso, num trabalho legal, que libere o trabalhador para ter uma vida normal? A CONTAG defende que haja um sistema de medição que o trabalhador consiga aferir, que é diferente da contagem por metro ou por tonelada. No debate sobre o protocolo de boas práticas para o setor canavieiro junto ao governo federal, foi discutido que o trabalhador precisa ter formação para que ele possa discernir para onde vai com a mecanização, e educação não se faz da noite para o dia.

A CONTAG defende o fim da queima da cana e a mecanização, mas antes, precisa de uma transição, e o governo não responde a essas interpelações na Mesa de Diálogo, não diz o que vai fazer, nem diz para os usineiros como eles devem fazer. É muito difícil o governo enfrentar os usineiros para que eles tomem uma atitude. Diante do fato de que mesmo com a mecanização, ainda haverá 20% de trabalho manual, no lugar da reforma agrária, o governo oferece o crédito fundiário.

Então, quais mecanismos existem para que não sejam repassados recurso do BNDES para empresas que tenham trabalho escravo, que desrespeitem a lei ambiental? Porque há esse indicativo, mas na prática, sem a participação da sociedade nesse debate, e com o governo muito próximo dos usineiros, não há confiança de que isso seja respeitado, e isso é um problema.

Isolete Wichinieski, representante da CPT, chama a atenção para a dificuldade de se trabalhar isso no âmbito dos estados, com os governos e com o MPT. Para ela, é importante a responsabilidade de outros níveis de governo com essa questão, porque na prática, no fim, fica apenas a responsabilidade, quando muito, do governo federal.

Outra questão importante é o aumento da violência contra os trabalhadores (as), principalmente quando exigem seus direitos – é uma questão para se colocar na mesa, que é além da criminalização, mas violência principalmente, contra os trabalhadores (as) de todos os setores, não apenas os da agricultura, inclusive com a utilização das polícias como instrumento.

Também é muito importante tratar da reforma agrária; da própria comunicação e informação, ou seja, como a relatoria chega nas comunidades e nas populações?; da constituição de uma rede de articulação, pela fragilidade dos movimentos de se ter uma política comum, para além de sua especificidade, como forma de colocar a questão dos direitos.

Com relação ao problema do fornecedor, há de se ter um olhar também, porque ele retira a responsabilidade dos usineiros, bem como o sistema de integração, como em Goiás, onde a responsabilidade passa a ser de quem está fazendo a integração, e não dos usineiros. Por fim, outra questão a se debruçar é a perda dos direitos garantidos nas legislações – a do trabalho é para a zona urbana e não serve para a zona rural, em função do agronegócio.

O professor Jayme Benvenuto, do GAJOP, aponta que o desafio metodológico é de não podermos, como Plataforma e como conjunto de entidades brasileiras, assumir todos esses desafios. Precisariamos definir um foco, um campo de atuação, um tema central que seja sensível a vários setores da população. Nesse sentido, pode-se vincular uma centralidade, ou um tema central aonde os grupos vulneráveis possam ser trabalhados dentro dessa centralidade.

É preciso definir um patamar de remuneração mais digno para os trabalhadores (as), principalmente para aqueles (as) que estão numa condição de vulnerabilidade extrema; erradicar o trabalho infantil, que é um tema que assusta em todas as regiões do país; ou tematizar o desemprego, talvez vinculando-o à precarização das relações de trabalho, e até trabalhar na perspectiva de monitoramento sobre o que se tem feito em termos de qualificação para o trabalho.

A Plataforma poderia escolher um tema, porque não dá para trabalhar tudo isso. E, nesse aspecto, uma forma de trabalhar com a perspectiva do que já se trabalha é dando a dimensão de gênero, raça, etnia, e tantas outras, a partir dessa definição.

Outro tema difícil de trabalhar, porque quase temos um único patamar de discussão, é o trabalho informal. Ou seja, falta construir outro projeto de trabalho, porque o que está aí não nos serve. Entretanto, esse é um desafio que extrapola uma Plataforma, e pra isso temos de dialogar com outros setores, porque não podemos estar o tempo todo reagindo.



Assim, quando dizemos que temos de considerar o trabalho informal, não resta dúvida, mas o trabalho informal não é o trabalho que nós queremos para a sociedade. Temos de discutir outro projeto alternativo de trabalho. Temos de trabalhar numa perspectiva mais ampla, dentro ou fora do capitalismo, de ter uma alternativa de mundo mais ampla.

Para o professor Jayme Benvenuto, precisamos nos reorganizar para pensarmos nesse projeto diferente, em que o Estado volte a ter uma centralidade, embora, em termos não tradicionais, ou seja, o Estado não pode ser aquele ator do passado, que era único, a sociedade precisa ter lugar, e o Estado deve ser aquele que a sociedade venha a decidir. O desafio para nós, portanto, é termos um diálogo qualificado com o Estado, pois se pensamos em dar uma dimensão maior para o relatório, é claro, é o de fortalecer nosso campo, mas não só, é também para fortalecer o próprio Estado. Então precisamos ter um diálogo com a OIT, MPT, SEDH, e várias agências na perspectiva do trabalho que possa costurar outra perspectiva para o direito humano ao trabalho.

Marco Natalino representante do IPEA ponderou que a discussão se dá entre o particular e o universal, porque foi colocada a questão mais geral do desemprego, a relação mais estreita com a política, com a vida e, nesse sentido, não se poderia afastar de uma visão política do mundo do trabalho, sob o perigo de ficarmos sob a mera impressão das violações de direitos. Ressaltou que essa é uma visão importante, mas não deve ser esse o papel da relatoria.

O papel da relatoria, para ele, deve ser o lugar de uma certa visão política, uma visão teórica do mundo do trabalho que se ampare numa visão ética dos direitos humanos, e que não se coloque como dogma, mas como campo de debate, ancorada na visão do trabalho como direito humano. A partir disso se coloca perguntas e problemas, e a partir disso, vamos investigar essa realidade, e é aqui que se coloca o particular.

Aponta que a área do trabalho tem vantagem em relação às outras áreas, por já ter muita informação, mas é sobre o trabalho formal que é mais visível, porque tem relação muito forte com o mundo da economia, que é muito numérica.

Mas quando entra no mundo das violações dos direitos humanos, os dados começam a rarear, e quando vai discutir trabalho infantil, trabalho escravo, algumas relações do trabalho rural, que podem não ter relação com a análoga a escravidão, mas que envolve relação de direitos, os dados começam a rarear. Nesse momento está a força da relatoria, porque ela tem este poder, ou este desejo de buscar o diálogo com a comunidade, mas sem perder de vista a visão geral. É uma busca do local com a discussão de um modelo de sociedade baseado nos direitos humanos.

Nesse sentido, tem de haver temas como: o dos canavieiros, a Conferência de Direitos Humanos vai falar sobre o desenvolvimento; o catador de lixo também é muito interessante, mas com quem vai se relacionar? Numa visão até marxista não vai incidir sobre aqueles que não estão organizados, que não vão fazer a revolução. Mas há também aquele catador de lixo que não é organizado, que circula no meio urbano, que tem uma relação mais precária e que se perde nos grandes números.

Uma visão dos direitos humanos sobre o mundo do trabalho tem a contribuir com aquele que está além do dado, que é invisível, sub-cidadão, que não está organizado,

aquele mais precarizado. Um segundo elemento a se debruçar é a visão do Estado, sabendo que se tem uma visão muito plural sobre ele, porque é um campo de disputa política. Pensando na relatoria, uma das coisas interessantes que os relatores da ONU fazem e que não fazemos, sobre a qual precisamos fazer um esforço, é aquela pergunta ingênua aos órgãos de Estado sobre o que eles estão fazendo, e colocamos isso em confronto com outros órgãos, mais do que perguntar a sociedade civil. O que se coloca é que temos de perguntar aos agentes de Estado, colocar o dedo, e esperar que eles dêem resposta pra dizer: - ele disse isso. Isso dá força para o relatório e pode servir como escudo interessante. A questão da ingenuidade é interessante porque consegue dar voz a todos os atores, e se nós temos confiança de que nossa visão é a que mostra as questões não temos de ter medo de perguntar ao Estado.

Eneida Vinhais, representante do CFEMEA, organização não governamental que trabalha com advocacy, conformou as preocupações ainda em torno dos debates de gênero nos mundos dos trabalhos. Para ela há uma pluralidade das ações, inclusive das possibilidades. Assim, marcadamente não por acaso as mulheres ainda recebem 30 ou 40% do salário recebido por homens por trabalho igual. Não é a toa que as mulheres estão nas pontas dos maiores índices de precariedade das relações de trabalho nos dados, que para o que queremos ainda não são tão fartos.

Ressalta que é importante a experiência concreta que trata da competição entre os trabalhadores (as); o processo de incorporação das tecnologias não em favor das pessoas, mas do mercado; e a globalização das forças de trabalho nas fronteiras do mundo produtivo. Tudo isso é real, não é só construção imaginária ou abstrata, tem a concretude dos efeitos dessas questões na vida das pessoas.

Então, no caso do gênero, essas marcas das desigualdades, com um dado de preconceito, ainda estão presentes e são estruturantes, e aí se tem um efeito de sistema e de concepção do trabalho, que ao se olhar a divisão social do trabalho, recai sobre o trabalho doméstico, que é tanto remunerado quanto não remunerado, aonde as mulheres se encontram ainda numa situação de desvantagem, porque mesmo aqui, os homens são muito mais formalizados, recebem mais, acessam mais benefícios previdenciários reconhecidos, enfim, têm uma situação melhor.

Por outro lado, muitas mulheres se esforçam excessivamente no seu processo de escolarização, para romper barreiras de discriminação sobre sua capacidade produtiva, de liderança, profissional. Nesse sentido, encontramos mulheres ocupando funções que exigem maior grau de escolaridade, como serviço público, ou outras profissões como engenheiras, médicas, etc. Ou seja, é o esforço feminino de vidas de mulheres, e essa é a outra ponta onde as mulheres estão.

É o esforço feminino de ocupação, incorporação e acesso ao mundo do trabalho, a partir de paradigmas postos e vivenciados, que não romperam ainda o paradigma anterior. Para a relatoria, como perspectiva de foco/centralidade, seria interessante considerar a idéia dos “males das relações do trabalho” (acidentes, assédios, precarização, doenças ocupacionais, etc.) que também atingem sistematicamente as mulheres, particularmente alguns, como o assédio, que se tem pouca capacidade de lidar com isso, e que temos poucos dados sobre o tema.

Eneida Vinhais informa que desde 2007 o governo criou o fórum nacional de previdência social e que as mulheres trabalhadoras, do campo e da cidade, pediram assento por entender que os sindicatos não representavam seus interesses. Entretanto, tiveram o assento negado e se articularam e criaram o FIPPS, que é um fórum itinerante e paralelo de previdência social em defesa dos direitos das mulheres trabalhadoras, e de acesso e reconhecimento de seu trabalho para fins, inclusive de direitos previdenciários³.

Por outro lado, no seminário nacional de agosto de 2008, diante do fim do fórum oficial, não havia mais sentido em manter o paralelo, mas as trabalhadoras se autodeterminaram em continuar a experiência e a articulação, mantendo o Fórum itinerante das mulheres em defesa da seguridade social, ampliando e assumindo o conceito da seguridade social.

Este é um marco de nossa Constituição Federal e que está sendo vilipendiado em forma da PEC da reforma tributária, que exclui fontes exclusivas da seguridade social, fazendo com que essa dispute com estados e municípios por uma mesma fonte de recursos.

Assim, sugere Eneida Vinhais que a relatoria tenha o eixo de raça, gênero e etnia, tendo como centralidade/foco a idéia dos males ou precarização das relações do trabalho, que poderá abarcar a pluralidade de experiências. Além disso, traz a importância de se abordar a bandeira da efetividade dos direitos, e dos impedimentos e retrocessos, de forma que a relatoria possa ser acessada como uma instância nacional de mediação com referência para além, supranacional, mas que esteja ao lado e atenta às questões, nas ocasiões de conflitos ou construção de elaboração de proposta.

Informa que o CFEMEA vai construir uma experiência de observatório do trabalho na questão de gênero, dentro da construção do paradigma do Estado democrático de direito. Chama a atenção para o fato de não haver verdades ou soluções definitivas, porque temos uma pluralidade e temos de lidar com ela e com os conflitos decorrentes. Este é o paradigma que coloca a sociedade constituinte como construtora desse estado democrático de direito, e não apenas como destinatária.

A Irmã Inez Facioli, da Pastoral do Migrante, afirma ser importante definir a questão da linguagem ou do foco. Para ela, durante muito tempo estes foram os direitos humanos, mas atualmente, na questão do trabalho, o foco é o trabalho escravo, o trabalho degradante. Então, se tem que definir também a questão da linguagem, ou se utilizar uma linguagem plural - direito humano ao trabalho. Questiona se os direitos humanos é a nível internacional, então é uma linguagem mais ampla, e se se trabalhar nessa perspectiva, pode-se abdicar do trabalho escravo e degradante.

Com relação ao trabalhador (a) da cana, há diferenças de um estado para o outro: os acordos são muito fragmentados; o sindicato negocia com a usina; para cada grupo de trabalhador o preço da cana é um; o piso salarial é outro; não existe um acordo de trabalho coletivo, nem em nível de região ou de estado, como pode haver nacional?

³ Mais informações estão disponíveis no site do CFEMEA.

Outra questão ressaltada por ela é o período da safra. Há 05 anos atrás eram 06 meses de safra e 06 de entressafra, depois passou para 08, agora são 09 meses, e hoje já estão anunciando que o ano de 2009 será todo de safra; algumas usinas têm oferecido contrato fixo de trabalho, o que dá mais segurança, mas como fica o trabalhador migrante? Não vai poder tirar férias, essa também é uma maneira de descartar o trabalhador migrante do corte da cana; com a crise financeira, as usinas estão se apoiando nisso, portanto o acerto de safra é feito de forma parcelado; não depositam o FGTS, ou depositam a menor, ou seja, as irregularidades tornam difíceis de estabelecer até paradigmas, porque são tantas e tão diversas as situações.

Para Milena Prado, pesquisadora do DIEESE, não há muitas estatísticas. Para pensar o mundo do trabalho, não dá para fugir do foco do desemprego aberto e do desemprego oculto pela precarização do trabalho. A pesquisa do trabalho do DIEESE nas regiões metropolitanas de Salvador, Recife e Fortaleza, por exemplo, são fundamentais para se pensar os indicadores. E esses são importantes porque dizem qual deve ser foco do trabalho.

Nesse sentido, é importante porque se queremos discutir remuneração digna, considerar que existe diferença de rendimento entre as regiões do país, e é por isso que existem mundos do trabalho. Portanto, um foco a ser considerado no trabalho da relatoria poderia ser o do rendimento, ou seja, pensando qual remuneração é digna para esse país.

Assim temos o debate sobre o salário-mínimo, porque se pode discutir a distribuição de renda nesse país, assim como alternativas, como a correção da tabela do imposto de renda, porque ela é desigual, e isso, vinculando-se a discussão do trabalho precário, porque se pergunta para que grupos populacionais se está olhando.

Nesse aspecto, é relevante o corte de gênero e o de raça, este último pela enorme dívida que esse país tem com os negros, então qualquer entidade, qualquer articulação, ou rede tem que considerar isso como uma questão importante quando se diz que estamos trabalhando numa perspectiva de direitos humanos.

Junto a isso, há a redução da jornada de trabalho sem redução de salários. Porque essa é a perspectiva de gerar emprego e discutir formas de rendimento, já que a discussão está atrelada sem a redução de salário. O salário mínimo, os grupos populacionais com quem trabalhamos, e a redução da jornada de trabalho, constroem um pouco a perspectiva do direito humano ao trabalho, em torno da forma de um fazer mais concreto.

Para fechar, deve-se considerar o trabalho em rede. Nesse sentido, há a experiência dos observatórios, que não funcionam apenas pela vontade dos trabalhadores (as), porque precisam de uma iniciativa governamental uma vez ter de passar por uma gestão tripartite, portanto, precisa ter o governo e as pessoas que estão envolvidas no mundo do trabalho, não apenas os sindicatos, mas os movimentos sociais como um todo.

O observatório tem o papel de constituir uma articulação em rede das diversas entidades, organizações, e instâncias governamentais que trabalham com a questão do trabalho. E ele não só reúne diversas informações como instrumento, como ferramenta para pensar o mundo do trabalho, mas permite com que a intervenção da política

pública de algum gestor público seja mais qualificada, então é algo que interessa também ao governo.

O observatório do trabalho é um espaço onde a relatoria e as diversas entidades que acompanham a relatoria poderiam incidir e participar, porque é um trabalho em rede, com outras organizações, universidades, movimentos social de gênero e raça. E esse observatório vai ter, nesse momento, outro papel porque trás consigo a decisão do Estado de participar. Talvez ele consiga fazer também um trabalho de organização e de articulação com as organizações que no cotidiano nós não conseguimos articular.

A relatoria para o direito humano ao trabalho também deveria pensar a partir desses focos, e pensar como trazer para a relatoria o debate sobre a informalidade, tema que vai ganhar muita importância daqui pra frente, embora tenhamos temos vários teóricos que tratam do mundo do trabalho que abordem esse tema. É bom lembrar que a informalidade está tomando outra dimensão, inclusive com a crise financeira, uma vez que os remédios conservadores keynesianos que nós tínhamos, para os momentos de crise de Estado, não funcionam para uma sociedade globalizada, aonde os estados nacionais foram quebrados em seus territórios. A pesquisadora conclui trazendo a referência de Chico de Oliveira ao afirmar que “qualquer um que se arvore, nesse momento, a dizer por onde essa crise financeira vai dar, estará dando só chute, porque ainda não temos a verdadeira dimensão do que essa crise ainda vai trazer, principalmente para a questão do trabalho”.

A relatora Cândida da Costa retoma as reflexões colocadas pelo grupo em torno da importância do direito a informação e a decisão, chamando atenção para o fato da crise revelar uma intransparência nos negócios públicos. Sempre nos foi dito nas décadas liberais, que havia uma crise sem precedentes que impedia inclusive o investimento do Estado. Não era só uma questão política, mas econômica, de esgotamento da capacidade de intervenção do Estado por conta da crise fiscal. Mas no momento em que surge a chamada crise financeira, rapidamente a união europeia mobiliza recursos, os EUA, até o Brasil já está liberando uma série de linhas de crédito, então questiona, aonde estava esse dinheiro que não existia para as políticas públicas?

De repente, essa crise fiscal é uma grande falácia que estava sendo vendida com argumentos econômicos para as pessoas. O grupo retomou um elemento dialogado durante a reunião do Projeto Relatores com a coordenação da Plataforma DhESCA, de que há uma infinidade de questões do trabalho que não têm prazo para acabar, porque elas estão no cerne de um conflito que não se esgota dentro do modo de produção capitalista.

Então, mesmo quando há a idéia de focar num tema, como sugerido aqui, por exemplo, em torno dos cortadores (as) de cana ou dos catadores (as) de lixo, há de fazermos o corte de gênero, raça, geração, considerando o problema dos rendimentos, a precarização das relações de trabalho, enfim todos esses focos acabam vindo articulados, por mais que se recorte. De igual modo deve-se considerar nessa abordagem os temas sugeridos em torno da remuneração, trabalho infantil, desemprego, precarização das relações de trabalho, qualificação profissional, que também são temas



que abrangem um conjunto de categorias, grupos vulneráveis e incidem sobre todos esses fóruns.

Para a relatora, o tema do Estado, que surgiu com muita força, é algo que nós vamos indicar como o grande desafio para a Plataforma DHESCA para o próximo planejamento, porque não é algo que cabe só à relatoria, mas à Plataforma DHESCA também.

Por outro lado, a partir desse debate, surgiram muitos temas importantes, mas com certa dificuldade de focar, dada a infinidade de questões que permeiam hoje o mundo trabalho. Todavia, o trabalho degradante e informal são áreas que não podemos desprezar porque são áreas totalmente descobertas pelo chamado mundo organizado do trabalho. O movimento sindical, bem ou mal, tem levado à frente as reivindicações dos grupos que estão formalmente no mercado de trabalho. Agora, o trabalho escravo, infantil, e degradante são temas de alguns fóruns e não têm tido a devida acolhida por parte dos movimentos organizado dos trabalhadores (as).

É importante realmente se fazer um esforço para pensar quais seriam os temas que a relatoria se debruçaria, e ter o cuidado também de não entrar numa área em que não tenha um trabalho construído. A relatoria está acompanhando o problema dos trabalhadores (as) da cana, que estão se desdobrando de uma forma dramática, e agora a previsão é de que realmente muitos trabalhadores (as) sejam desempregados pela mecanização, sem que nenhuma política tenha sido pensada pelo governo para amparar esses trabalhadores (as).

Simultaneamente, há todo o problema do trabalho doméstico, a relatoria já fez algumas articulações e, nesse sentido, temos dificuldade de dizer que não vamos mais priorizar essa área, além também, de toda a parte do trabalho informal. Então, nos parece que essas três grandes áreas deveriam ficar um pouco no nosso horizonte, para tentarmos fazer as aproximações e recortes que sugeridas pelo grupo, trazendo também, como algo novo colocado hoje, a perspectiva para que cada relatoria possa fazer um trabalho para o empoderamento das comunidades locais, e das relações com o Estado e sociedade civil, tanto no nível local, como no nível nacional.

Pelo apontado, outra indicação é a de que não devemos nos fixar na imagem do governo federal, mas enraizarmos essa relação no âmbito dos governos estaduais e municipais, inclusive cobrando qual é a responsabilidade que cada um tem no modelo de desenvolvimento, porque todos eles abarcam acriticamente todos os investimentos que chegam, não interessando os impactos que isso pode causar em termo dos direitos trabalhistas, ambientais, etc.

Para Lígia Cardieri, da Secretaria Executiva da Plataforma DHESCA, é de suma importância o diálogo com o direito à saúde, porque na relação de trabalho sempre há um dano de desgaste nesse campo, e isso tem justificado o pleito dos 30 horas de trabalho. Sobre a saúde do trabalhador, os dados estão surgindo para aquelas categorias que tiveram força para perguntar, fazer os registros, mas outras categorias que sofrem danos, que se convertem em precariedades, às vezes até ganham bem, mas aqueles representam uma espécie de encurtamento da vida. Pensando nesses projetos todos de



desenvolvimento, eles têm de ser acompanhado por um aumento de registro de alguma forma, problematizando pelo lado da saúde, senão as questões vão ser: quantas horas trabalham, quanto ganham, e não fazem os links devidos.

No debate da morte súbita, por exemplo, deveriam estar participando os agentes da vigilância sanitária, os médicos do trabalho, fazendo laudos conjuntos. Acidentes ainda se registram, mas aqueles processos de vida e de adoecimento ao longo do tempo, acabam saindo na informalidade, não se sabe do que morreu, assim, para Lígia, esta é uma área a ser tematizada junto com a área da saúde, dentro da relatoria.

Cândida da Costa conclui esse momento informando que, a partir do debate, teríamos como principais focos, sabendo que podem surgir outros já que a relatoria trabalha com denúncias: o trabalho no corte da cana, trabalho doméstico, e trabalho informal, respeitando os recortes de precarização das relações de trabalho, gênero, raça, etnia e geração, rendimento, desemprego, qualificação profissional, saúde do trabalhador e trabalho infantil na cadeia produtiva.

5.3 LUGAR PARA UMA INTERVENÇÃO SÓCIO-POLÍTICA COMO A DA RELATORIA DO TRABALHO NO MUNDO DO TRABALHO HOJE/PARCERIAS A SEREM PRIORIZADAS

Para o professor Ivandro Sales, essa questão está muito ligada às capacidade que tem a relatoria com apenas duas pessoas para o país todo, com tantas dimensões; é importante definir foco e junto a quem o trabalho deve se dar. Nesse aspecto é bom definir melhor a noção de parceria - parceiro tem os mesmos objetivos, é quem está junto na luta.

O professor afirma que daria muita prioridade a trabalhar com os sindicatos, porque foram criados no campo força de trabalho no capitalismo. Eles têm uma atuação interessante, mas ficam muito no nível do acordo, das leis trabalhistas, férias, da força de trabalho, de forma que o que funciona mais nessas instâncias são as questões trabalhistas e o departamento jurídico.

As questões mais profundas do mundo do trabalho até podem estar presente, mas o foco e o dia a dia do sindicato é tomado por questões trabalhistas/jurídicas, e sempre ao nível da força de trabalho, não chegam no trabalhador (a), alguns ainda chegam nos aposentados, mas os trabalhadores informais, os excluídos, os desempregados não fazem parte, são os que o capital deixou. O sindicato fica até o nível do capital, em cima das desgraças do capitalismo, mas sobre as questões mais fundamentais dos trabalhadores (as) não chegam. Assim, ele sugere que nos aproximemos dos sindicatos para discutir as dimensões fundamentais dos trabalhadores (as) no mundo do trabalho.

Outra questão, ainda no campo da participação e da gestão coletiva, porque não devemos saber como dialogar com o Estado, mas como ser governo. Dialogar com o Estado é algo que não está bem colocado na sua avaliação, deve-se buscar ser Estado em



vez de dialogar com o Estado. Dialogar com o Estado é algo meio subalterno, de entregar os destinos aos “salvadores da pátria”. Para esses, o governo ainda é responsável pelo bem comum, e nós nos excluímos dessa tarefa, então precisamos ser governo, ser Estado, e nessa condição dialogar, para ser força.

Nesse aspecto, lembra que os conselhos, criados para esse fim, eram para ser um tipo diferente de gestão da sociedade, inspirada na Comuna de Paris, nos *sovietas*, com poder exorbitante, mas era um modo de gerir a sociedade, por não se acreditar na democracia parlamentar representativa. Hoje, nem mesmo os empresários acreditam mais nisso, tanto é que eles governam com o governo, eles não entregam os destinos ao governo, quem faz isso somos nós, trabalhadores (as). Os empresários nunca entregaram, empresário governa o governo e o governo governa a nós e, com isso, fazem muito bem em saber governar o governo.

Então, os conselhos, que deveriam ser um novo modo de gestão, ficaram aprisionados, sobretudo pelo poder executivo, mas também pelo legislativo, tornando-se um apêndice da democracia, ou seja, o que era pra ser uma alternativa virou um apêndice. E já que essa organização ficou tão minada, nessa potencialização do trabalho, tentaria ver que outras formas de organização que não são as fôrmas que o governo criou. É como resgatar os conselhos aprisionados nas margens da democracia parlamentar representativa.

Como sugestão, aponta a importância de fazer uma aliança especial com os agentes da reforma agrária (FETAPE, CPT, MST). Daria também importância grande a uma organização internacional - a Via Campesina, por conta de que agora o trabalhador/a é coletivo, nunca foi tão coletivo essa dimensão do trabalhador/a coletivo, até porque, por exemplo, com a expulsão do campo para a cidade, o que é que está acontecendo hoje, é a sedução de novo, de quem está na cidade para o campo.

Pondera que os acampamentos e assentamentos, no geral, economicamente são um fracasso brutal, até porque está sob a lógica do capital financeiro, dos financiamentos dos bancos, e não se tem tempo de aprofundar muito a economia familiar não capitalista, a economia solidária, de um modo diferente de produzir bens e serviços. Esses ainda estão muito sob a hegemonia ou sob a dominação do capital financeiro, dos projetos, dos editais que os obrigam a produzir do jeito que querem.

De um modo geral, os assentamentos, que seria a referência da reforma agrária, como não tem tempo para discutir um modo não capitalista de produzir ficam nessa dependência do capital financeiro, o que se torna um desastre, são favelas rurais, porque não se têm tempo, nesse país, de se aprofundar as questões do trabalho. Deveríamos priorizar um diálogo com quem já está no mundo do trabalho, que são os sindicatos, daria muita importância à reforma agrária, daria muita importância aos movimentos que já estão lá.

Uma última questão seria a crise atual, que também representa oportunidade (em língua chinesa, crise e oportunidade são a mesma palavra. Os empresários nunca quiseram, no discurso pelo menos, a intervenção do governo, é a livre iniciativa, nunca desistiram ou abandonaram, sempre o que salvou o capital foram os órgãos



governamentais, é o FMI, Banco Mundial, OMC, OIT, tudo órgão governamental pra salvar o capitalista.

No momento atual, entretanto, eles pregaram tanto a livre iniciativa, o mercado, a não intervenção, mas acham que a salvação é a regulação, é o governo incidir, e eles vão entrar bem mandando no governo. Então, se nós pudéssemos também entrar nessa regulação, resgatar o papel do Estado, seria muito importante, mas nós, evidentemente, sendo Estado como os empresários são, porque esses vão fazer muito bem a função estatal de gerir seus próprios interesses e usar bem o governo.

Mas nós estamos bem longe desse patamar porque essa discussão não se coloca, nós da sociedade civil popular sempre entregamos mais os nossos destinos do que pressionamos, sempre ficamos desejando que a justiça faça todas as justças, que o governo seja do bem comum, colocaram isso na cabeça e está meio difícil de sair.

Outro elemento que essa crise poderia ser muito boa, Marx já falava - dinheiro tem de ser, fundamentalmente, medida de valor, é o preço das mercadorias. Mas o capital achou por bem desligar o dinheiro da produção, não é mais medida de valor, então o dinheiro não tem mais referência nenhuma, e há bolhas e bolhas e bolhas... então, todo mundo vai ser obrigado agora a voltar a dizer que dinheiro é, fundamentalmente, medida de valor, dinheiro tem que voltar a dar muito valor à produção. A referência mesmo é a produção, é o trabalho.

Então, as duas questões fundamentais da crise, se a gente puder aproveitar, tem a ver com o como regulamentar a produção da sociedade, e a gente tendo o que dizer (o trabalhador/a), e a segunda é o fundamental, o dinheiro ter a ver com a produção dos bens e serviços para a sociedade. No momento em que desconectou, a contradição foi feita e agora vai se difícil de recuperar a credibilidade no dinheiro quando esse desconectou-se do valor concreto das mercadorias.

A relatoria não tem muita “perna não”, duas pessoas e uma rede muito frágil... então será preciso se aproximar de quem tem a obrigação de cuidar do mundo do trabalho, de resgatar firmemente, porque o foco são as grandes questões do trabalho, e o da relatoria, é onde podemos potencializar o nosso trabalho, seriam esses agentes políticos federações, confederações, MST, sindicatos, CPT, essas pessoas já cuidam do mundo do trabalho e tem obrigações de cuidar agora.

O capitalismo embotou a cabeça de todos nós, e dada a importância de se trabalhar essas chagas do capitalismo, que negam os direitos, o roubo, a extorsão, etc., resultou que nossa capacidade de intervenção ficou até aonde o capital permite, sindicato nenhum cuida dos excluídos (as), dos trabalhadores (as) informais, quando muito chega nos aposentados (as), e mesmo pra quem está fichado dentro do capitalismo, fica nas injustiças no departamento jurídico.

Portanto, os outros direitos, ao afeto, à participação, ao saber levado em consideração, está bem longe. Então, a sugestão é como ajudar o sindicato a voltar às questões do mundo do trabalho? A relatoria, com a ajuda de muita gente, poderia fazer uma assessoria - muitas federações como a CUT, CONTAG, ou órgãos como o DIEESE



gostariam de ter uma assessoria de alguém que tivesse uma abrangência maior, na perspectiva das diferentes noções de trabalho que foram colocadas aqui.

Para Jayme Benvenuto, do GAJOP, um tema que precisamos ter presente é saber o que dá legitimidade à Plataforma e as relatorias, mais que tudo. Informou que, por conta de processos de descontinuidade, naturais em qualquer organização, havia um caminho na Plataforma, na época em que exercia o papel de coordenador na Plataforma DHESCA, no sentido de que tivéssemos as relatorias como espaço legitimado pela ONU.

Nesse sentido, havia um diálogo com pessoas muito próximas ao Alto Comissariado da ONU, e que o sentido que se dava era o de que as relatorias brasileiras passassem a ser parte do próprio projeto de relatorias da ONU, o próprio mandato passasse a ser dado ou referendado pelo hoje Conselho de Direitos Humanos da ONU. Valeria a pena tentar recuperar esse diálogo, nessa perspectiva de que as relatorias venham a ter essa legitimidade.

Muitas relatorias em muitos lugares, nas visitas que fizeram, nas missões conjuntas, viram como seria importante o nome da ONU. Muita gente pensava que a missão das relatorias nacionais era da ONU, e isso poderia ser realmente, poderia haver uma extensão, através de uma resolução do atual Conselho de Direitos Humanos da ONU para os relatores nacionais, desde que fossem escolhidos por um espaço de legitimação nacional, o mandato seria referendado por aquele órgão internacional. Isso daria uma condição de legitimidade internacional para o projeto que seria algo muito importante.

Juntamente com isso há a questão da legitimação do plano nacional. Havia na época também, um espaço, um conselho que se pretendia fosse o espaço legitimador, mas havia também a discussão de que esse espaço pudesse ser o Conselho da Pessoa Humana - CDDPH, desde que este fosse redimensionado em função de uma paridade de representação do Estado e da sociedade. Desde que isso viesse a acontecer, poderia ser o espaço nomeador/legitimador das relatorias, ou uma relação que poderia continuar da mesma forma, ou seja, a partir desse conselho, mas vinculado ao CDDPH, ou a um poder outro. Esse é um tema que merece um olhar especial.

Com relação a esse encontro, o espaço do Diálogo sobre o direito humano ao trabalho, também é um espaço de legitimação, embora as decisões caibam à coordenação da Plataforma DHESCA e às relatorias, a partir do que estamos sugerindo. Mas esse espaço é uma espécie de consultoria, que dá legitimação, e isso é importante também, porque os (as) participantes são pessoas que têm uma proximidade com a prática, alguns tem um acúmulo técnico e político também, e isso constitui também conhecimento e legitimação.

Outro elemento a discutir é como diferenciar o relatório nacional do relatório internacional? As relatorias internacionais têm e tiveram um sentido, quando foram criadas há 03 décadas atrás, que era trazer um pouco uma proximidade dos países em relação a ONU, e dos movimentos sociais dos países em relação à ONU, porque os comitês especiais da mulher, da criança, por exemplo, são comitês muito distantes.

Nesse sentido, se tem uma dificuldade muito grande de diálogo, as pessoas precisam até dominar uma das línguas oficiais da ONU pra poder chegar lá, depois a passagem é



muito cara e tudo o mais, então, em função disso, se criaram as relatorias. Quando estive na ONU, foi trabalhado no âmbito da Plataforma a idéia de relatorias nacionais. O sentido era de trazer essa experiência para cá, na perspectiva de que o lugar mais adequado para se fazer essa aproximação dos direitos humanos com os casos, e com a ONU, é o plano nacional, o plano local, porque as coisas começam aqui no estado.

Não deixa de ser um contra-senso termos relatorias internacionais antes das relatorias nacionais. Vale a pena refletirmos sobre o sentido de uma e de outra, o relatório de uma e de outra. Ou seja, um relatório internacional tem mesmo esse sentido de aproximar o Estado e os movimentos do plano internacional, porque tem uma relação com o plano nacional, porque a ONU não pode estar solta no mundo, tem de ter uma relação com o plano nacional, local.

No caso dos relatórios nacionais, o sentido é o de fazer essa relação entre os grupos sociais de base e o governo. Nós estamos nesse meio entre o Estado e os movimentos sociais. Portanto, um relatório tem de servir a esses movimentos, não só como conhecimento da realidade, mas para potencializá-los. De alguma forma isso já faz parte do projeto de constituição do Projeto Relatores, mas de alguma forma ainda há necessidade de ver isso um pouco mais definido na prática, mais que tudo na prática das relatorias e da Plataforma DHESCA porque, em termos de ver como esses relatórios podem ser apropriados, numa perspectiva de incidência junto ao governo e junto aos grupos sociais, mais que tudo, os grupos sociais se sintam potencializados para um diálogo com o Estado.

Na discussão sobre estratégia e desafios, é importante que tenhamos alguns instrumentos, ou que ocupemos alguns espaços, algo que também passou pelas conversas da coordenação da Plataforma DHESCA algum tempo, a exemplo de se ter um espaço no Congresso Nacional todos os anos para que os relatores (as) fizessem essa exposição sintética dos relatórios, com a perspectiva também, de que os relatórios pudessem ser apropriados pelo próprio estado. Ou seja, dotar esse espaço que foi constituído como relatorias nacionais, de um significado maior do que o que ele já tem, mas com essa aproximação com os movimentos sociais e com o Estado.

E por fim, valeria a pena tentar também, além do relatório, que são documentos muito extensos, o que poderia ser um relatório mais sintético e responsabilizador, que pudesse ser mais difundido, que fosse no sentido de responsabilizar os grandes violadores de direitos humanos em relação aos direitos monitorados pelas relatorias. É um direito da sociedade saber quem, depois de um ou dois anos de relatoria, está violando direito humano, em que condições, com base em que. É claro que isso terá conseqüências, mas se for um documento cuidadoso, se tiver documentos, se tiver como apontar a partir de processos e de uma série de elementos, com muito critério obviamente, dá pra responsabilizar. Nesse sentido, lembra que os riscos também fazem parte, os relatores da ONU, por exemplo, a depender de determinados países, podem não entrar no mesmo, etc. Enfim, isso é inerente a função.

Com relação às parcerias, a ONU não seria um espaço de parceria, mas de legitimação da parceria. No âmbito nacional, os espaços dos trabalhadores, os sindicatos são importantes, são parceiros, mas precisamos pensar em buscar parcerias em espaços que

vão além dos nossos tradicionais. Esses continuam sendo espaços importantes para a legitimação do projeto, são espaços de interlocução, de diálogo, mas precisaria, pra dar um significado maior ao projeto, aproximar o projeto Relatores de setores não tradicionais, para além das ONGs, sindicatos. A idéia é dialogar também com outros, para ampliar o espaço da relatoria e da Plataforma DHESCA, talvez os espaços acadêmicos sejam também espaços legitimadores do projeto, enfim, precisamos descobrir pessoas e setores aonde haja condição de dialogar.

Para Milena Prado, pesquisadora do DIEESE, é importantíssimo conversar com quem já cuida do mundo do trabalho, a gente tem quem cuida, talvez não seja o único cuidado, mas essas pessoas cuidam de alguma forma, e algum diálogo pode ser estabelecido. Os sindicatos são importantes, mas além desses as centrais também o são, porque tem resoluções das quais os sindicatos não podem, ou não deveriam fugir. É a importância de quem senta com o governo como as centrais sindicais, as confederações, os sindicatos podem até fazer em alguma dimensão, mas são aquelas que fazem de maneira sistemática.

O DIEESE é um ator do qual a Relatoria pode se aproximar, no sentido de troca de informações, de construir diagnósticos, de pensar uma ação, menos pela ação concreta do ponto de vista político, porque isso quem faz é o sindicato, mas na medida em que se aproximam das centrais sindicais, o DIEESE vai nessa cota, porque esse órgão vai para onde o movimento sindical decide que vai. É uma instituição do movimento sindical.

Para além disso, há a idéia do diálogo com as universidades, mas ela ressalta que a relatoria deve ir além, deve buscar as organizações que trabalham com a questão da mulheres, se aproximar das experiências do Observatório Negro, por exemplo.

Com relação aos observatórios do trabalho, este é o lugar aonde se pode colocar as preocupações, as denúncias, o que se pensa como desafio. Boa parte dos observatórios constituídos no Brasil hoje são formados numa parceria do DIEESE e governos municipais ou estaduais. Quando são constituídas por iniciativa governamental têm mais chance de vingar, embora possam surgir por iniciativa de universidades, movimentos sociais, etc., porque são geralmente vinculados às comissões estaduais e municipais de emprego e há várias experiências acontecendo hoje, já se criando uma rede desses observatórios.

Há comissões muito interessantes, e são espaços aonde se pode procurar alguma forma de interlocução, se não for do ponto de vista do apoio institucional, mas de construção de diagnóstico, e lugares aonde a relatoria pode colocar o trabalho, as denúncias que estão investigando. Nesse sentido, a idéia dos relatórios mais sintéticos pra esses espaços são muito importantes, porque objetiva de fato qual é a ação que está sendo concretamente realizada.

Outro caminho é buscar os movimentos sociais pra se conversar e olhar o que é possível fazer junto. O Fórum de Mulheres, o SOS Corpo, por exemplo, no campo do debate sobre os direitos das mulheres, têm uma experiência muito boa, pode ser um espaço de trabalho articulado, como o que desenvolve com a Coordenadoria das Mulheres na PCR por extenso e com a Secretaria da Mulher do Governo de Pernambuco. Então, procurar



essas organizações, como o CFEMEA, que faz um trabalho interessante no campo da legislação, procurar as entidades que tratam do corte de raça e gênero seria muito valioso nesse contexto.

Para Antonio Lucas, representante da CONTAG, essa confederação tem um veículo de informação importante (jornal, internet, rádio) e ele confessa que não sabia muito o que a relatoria fazia, porque não vê no jornal ou na grande imprensa. Para ele, ocupar esses espaços é importante, não só para divulgar o trabalho e as denúncias, mas para que as pessoas fiquem sabendo que elas existem.

Informa que a CONTAG tem espaços próprios que, provavelmente não discutem, por exemplo, as cláusulas específicas nos acordos coletivos com relação às violações de direitos humanos. E esse poderia ser um elemento para provocar os empregadores, para que essas coisas vão diminuindo no dia a dia.

Voltando à questão da comunicação, relata Antonio Lucas que a ONG Repórter Brasil conseguiu uma parceria grande que acompanha as violências contra os direitos humanos. São espaços em que a CONTAG tem todo interesse de divulgar a ação da relatoria. Nesse sentido, poderia abrir um espaço no jornal da CONTAG aonde os relatores poderiam ocupar. Lembrou que essa estratégia é importante também nos casos dos processos judiciais, que para ele surgem pelo isolamento das atividades.

Antonio Lucas afirmou que o trabalho da Relatoria é muito bom, e que os problemas precisam ser enfrentados, porque o capitalismo não vai ficar olhando a relatoria ficar denunciando-os impunemente. A CONTAG tem uma rede de informação internacional que pode divulgar inclusive, a criminalização e as notícias que consideramos importantes, principalmente na área rural, porque os produtos são vendidos lá fora, e os contratos têm essa preocupação com as normas de direitos humanos, aqui podem não ressoar muito, mas uma divulgação internacional, faria diferença, poderia usar um pouco disso para sair do espaço só nosso para uma coisa bem maior.

Para a Irmã Inez Facioli, da Pastoral do Migrante, é bom reforçar as parcerias com os sindicatos e centrais, a relatoria já faz isso, mas é bom que se torne mais visível. É importante também visibilizar as denúncias da relatoria, é sabido que há um site, mas é importante autorizar esse grupo a divulgar nos sites das suas organizações, as denúncias das relatorias.

No que se refere a parcerias, o MPT não pode ficar de fora. Lembra que nos simpósios do MPT a Pastoral do Migrante é convidada e afirma que a Relatoria também deveria ser convidada. No que se refere ao relatório ou síntese das recomendações, reforça a importância da referência à ONU (citação da recomendação, dos artigo, algo que apareça a parceria com a ONU).

Lígia Cardieri, da Secretaria da Plataforma DHESCA, informou que se compromete em fazer circular as informações entre todos, apresentou o informativo da Plataforma, lembrando que o próximo número é o 14, e que este também será enviado. No informativo, há uma idéia das demais relatorias e das outras atividades da Plataforma. Com relação ao debate, ponderou que o trabalho é uma área difícil, ressaltando que as

centrais sindicais, que são tão importantes para tantas coisas, infelizmente não estão exatamente preocupadas com os direitos humanos, pois navegam num outro momento.

Lembrou que a Plataforma está passando por um processo de mudança, e que teremos um seminário no mês de março/09, de forma que esse encontro (Diálogo) servirá de base para aquele, como uma leitura de conjuntura, para aprofundar e escolher que temas as relatorias devem trabalhar nos próximos um ou dois anos, mesmo que nem todas tenham fôlego, inclusive pela questão financeira, para continuar com o trabalho anual ou até duas a três missões, como vínhamos fazendo, de forma que haverá mudanças e nós continuaremos informando.

Além disso, comunicou que de imediato temos 05 cartilhas de direitos humanos a serem lançadas, uma delas é sobre o trabalho, e ficarão prontas de dezembro até o FSM. A de saúde será lançada em abril, de forma que todos poderão fazer reparos para uma próxima edição. Esclareceu que a idéia da cartilha é colocar os principais tipos de violações e mecanismos que possam ajudar as pessoas a garantir seus direitos, além de ser uma tentativa de visibilização do trabalho. O relatório analítico das relatorias, por sua vez, tratando da ação nesses dois últimos anos, será entregue até o final de março/09.

Num esforço de síntese do dia, a relatora Cândida da Costa informa que, com relação às parcerias, nós já vimos contando há algum tempo com a CPT, Pastoral do Migrante e MST. Em termos de articulação nacional temos a CUT nacional, o Fórum de Erradicação do Trabalho Escravo e Trabalho Infantil, mas a CUT não é filiada à Plataforma DHESCA, e nós estamos revendo isso para pensarmos no melhor formato, porque antes deveríamos fazer um convite, mas agora a entidade é que tem de manifestar seu interesse em se filiar à essa rede.

Ainda sobre as articulações, informa que já dialogou com a presidência da CUT, que manifestou grande interesse na Plataforma, e que também é integrante da Mesa de Diálogo do governo federal que já está acontecendo e que, esclarecendo que parte dessa mesa foi constituída a partir da reivindicação da relatoria junto ao Ministério do Trabalho, depois de uma investigação de trabalho análogo à escravidão na cana de açúcar. Mais recentemente, temos um contato com a CONTAG, que também tem se mostrado muito interessada em se articular com a Relatoria.

Com relação às questões colocadas, nós também pensamos assim, é preciso dar voz a quem já está cuidando do mundo do trabalho, e tentar ampliar as parcerias, porque nós sabemos que esse olhar é, muitas vezes, muito unilateral, apenas sobre o direito trabalhista, ou dentro de uma estratégia mais defensiva, de evitar que se perca mais direitos do que o que já se vem perdendo.

A relatora destacou que, no tipo de mercado como é o brasileiro, o sindicato não consegue dar conta de toda a realidade do mundo do trabalho, com a quantidade de gente liberada, que sempre é pequena para dar conta de tudo, além do imediatismo, que toma conta dos dirigentes sindicais em função da quantidade de problemas de cada categoria na área do trabalho, portanto, não é algo tão simples.

Conclui agradecendo a todos (as) pela disponibilidade, e explica que houveram várias pessoas que estavam confirmadas e fizeram questão de justificar suas ausências por situações imprevistas, como o Deputado Flávio Dino e deputado Vicentinho, mas que reafirmaram o interesse de continuar discutindo o tema com a relatoria. Ressaltou que são essas as circunstâncias que também animam para o trabalho na relatoria, quando se reúne um grupo de pessoas que têm idéias, têm alternativas, dando um novo combustível para continuar. Portanto, as contribuições foram muito valiosas, com muita qualidade, colocaram questões não apenas para a relatoria do trabalho, mas para a Plataforma DHESCA no seu conjunto.

Por fim, informou que vamos continuar mantendo contato com os (as) participantes, e que queremos ter um feedback de todos (as), tanto para receber contribuições, questionamentos, como denúncias de casos que conheçam e que deveríamos tomar como referência para serem investigados pela relatoria.

Alexandre Ciconello, representando a Coordenação da Plataforma DhESCA Brasil também concluiu informando que há um consenso na Plataforma de avançar e aprimorar as relatorias. Ou seja, avaliar as relatorias depois de 05 anos, como esse instrumento se insere hoje na conjuntura atual, como podemos fazer para que ele seja mais efetivo, do ponto de vista da exigibilidade de direitos e do monitoramento dos direitos humanos no país? Esse é um debate que está acontecendo também com outras relatorias no sentido de aprimorar esse instrumento.

Destacou que houve uma avaliação externa que informou que ainda faz muito sentido hoje, pra nossa realidade, ter uma ação como essa (das relatorias), que começou com a idéia de muitas pessoas, mas que várias organizações vêm levando ao longo do tempo.

Sobre as parcerias, informou que a Plataforma é uma rede aberta, qualquer entidade que pode se filiar, e que estamos numa fase, deliberada pela última assembléia, de entrada ser mais livre hoje, então o convite foi para que os convidados também pensassem nessa possibilidade. Por outro lado, em março/09 haverá um grande seminário para pensarmos não só sobre algumas mudanças, mas para pensar no Projeto Relatores daqui a um ou dois anos, e isso também vai culminar com o processo de escolha dos novos relatores (as) nacionais, porque esse mandato acaba em abril de 2009.

Essa escolha se dá por meio de um conselho político, formado por representantes da ONU, SEDH, PFDC/MPF, e também de algumas organizações da sociedade civil organizada. Nesse sentido, vai haver uma divulgação por edital, de forma que é muito importante também os (as) participantes poderem se envolver nesse processo, de alguma forma, principalmente no caso da relatoria do trabalho, e divulgar e poder tentar utilizar esse instrumento para as lutas diárias nas atividades que também realizam.

A Plataforma é uma rede de organizações, mas é muito mais público, ela não é auto-centrada, no sentido de considerar apenas os interesses das organizações filiadas a mesma. O nosso objetivo é a transformação social e a efetivação dos direitos no país, obviamente também na perspectiva de poder estar no planejamento da organizações a ação das relatorias, dentro das nossas linhas institucionais e políticas. É um pouco isso e dizer que estamos completamente abertos a aprofundar essa relação.



6. CONCLUSÕES, SUGESTÕES E RECOMENDAÇÕES

De maneira geral, o Diálogo confirmou que as grandes mazelas pelas quais padecem os trabalhadores (as) quanto a seus direitos humanos, particularmente o direito ao trabalho, são engendradas no modo de produção capitalista.

Nesse contexto, a relatoria do trabalho apenas terá chance de incidir propositivamente se atuar numa perspectiva política, abdicando de se fixar nos casos emblemáticos e optando por contribuir com a construção do sujeito trabalhador (a), de outro tipo de cidadania, de sociedade e de concepção de Estado.

Para isso, importa resgatar a função estatal da sociedade civil, até agora tratada como mendiga, quando muito, fiscalizadora, para reivindicar o seu lugar de co-gestora de políticas públicas, inaugurando também, outra concepção de democracia, aonde se deve considerar o direito dos trabalhadores (as), incluídos ou não, de ter poder, de ter o que dizer sobre tudo, superando assim, o esgotado modelo de democracia representativa vigente.

Evidenciou-se também que é imprescindível considerar a extrema dificuldade em se realizar os direitos sociais, particularmente, o direito humano ao trabalho, ainda que este, diferente de outros dhescas, esteja aparelhado com instrumentos e mecanismos jurídicos nacionais e internacionais. Esta circunstância aponta-nos a exigência permanente de repensar as estratégias para sua efetivação, e de considerar o fator tempo como elemento de aproximação do que seria uma situação ideal de reconhecimento desse direito, uma vez não ser possível, de uma única vez, efetiva-lo num contexto de capitalismo.

Pensando nos grandes desafios para a atuação no campo do direito humano ao trabalho, foram apontados os seguintes:

- acompanhamento e monitoramento do trabalho das Relatorias num contexto de fragilidade da sociedade civil e de ausência de uma pauta comum;
- mobilidade das pessoas que se deslocam de seus espaços de trabalho e de origem por causa do trabalho, sem que haja nenhum nível de proteção nesse processo;
- reestruturação ou desestruturação produtiva dos anos 90 constituindo um mercado de trabalho heterogêneo e precário, onde a maioria da população não está no mercado formal;
- debate sobre o tipo de desenvolvimento e de Estado que as organizações que apenas lidam com o trabalho formal almejam, e como estas irão encampar o mundo do trabalho informal;
- debate sobre como se dá o lucro, como a produção se movimenta, como a riqueza está sendo distribuída, como as discriminações operam através das relações de trabalho, etc.;



- aumento da violência contra os trabalhadores (as), principalmente quando exigem seus direitos, inclusive com a utilização das polícias como instrumento;
- impossibilidade como sociedade civil de assumirmos todos esses desafios, e a necessidade de definir um foco, um campo de atuação, um tema central que seja sensível a vários setores da população;
- constituição de uma outra visão do Estado, inclusive mais plural, já que é um campo de disputa política;

A partir dessas reflexões foram apontadas as seguintes recomendações no que se referem ao foco, estratégias e parcerias:

FOCO

- tomar como centralidade a dignidade no mundo do trabalho nos próximos cinco anos;
- trabalho ilegal e degradante, trabalho no corte da cana, trabalho doméstico, e trabalho informal, respeitando os recortes de precarização das relações de trabalho, gênero, raça, etnia e geração, rendimento, desemprego, qualificação profissional, saúde do trabalhador e trabalho infantil na cadeia produtiva;
- adoção da idéia dos “males das relações do trabalho” (acidentes, assédios, precarização, doenças ocupacionais, etc.) que atingem sistematicamente as mulheres;
- problematizar e analisar o papel do Estado que estamos querendo, rever o seu papel, tarefa não só para a relatoria do trabalho, mas para a plataforma como um todo, senão para todo o movimento dos direitos humanos;

ESTRATÉGIAS

- a importância das relatorias fazerem missões conjuntas, ou o que foi chamado de unificação das relatorias, como estratégia para garantir o acompanhamento posterior do caso por uma das relatorias, uma vez ser uma tarefa bastante difícil para as organizações que estão envolvidas diretamente com o conflito;
- a importância de que cada relatoria possa fazer um trabalho para o empoderamento das comunidades locais, e das relações com o Estado e sociedade civil, tanto no nível local, como no nível nacional;
- as relatorias não devem se fixar na imagem do governo federal, mas enraizar a relação no âmbito dos governos estaduais e municipais,

inclusive cobrando qual é a responsabilidade que cada um tem no modelo de desenvolvimento;

- constituir uma estratégia de aproximação com a ONU, aonde esta poderia referendar o mandato dos relatores (as) nacionais, através de uma resolução do atual Conselho de Direitos Humanos da ONU, desde que aqueles (as) fossem escolhidos por um espaço de legitimação nacional;
- importância das relatorias ter alguns instrumentos, ou de ocupar alguns espaços, a exemplo de um espaço no Congresso Nacional todos os anos para que os relatores (as) façam exposição sintética dos relatórios, com a perspectiva também, de que os relatórios possam ser apropriados pelo próprio estado;
- além dos relatórios, que são documentos muito extensos, seria importante se produzir um relatório mais sintético e responsabilizador, que pudesse ser mais difundido, que fosse no sentido de responsabilizar os grandes violadores de direitos humanos em relação aos direitos monitorados pelas relatorias;

PARCERIAS

- prioridade para trabalhar com quem já cuida do mundo do trabalho: sindicatos, federações, confederações, movimentos sociais, CPT;
- importância de fazer uma aliança especial com os agentes da reforma agrária nacional (FETAPE, CPT, MST) e a uma organização internacional - a Via Campesina;
- importância de buscar parcerias, no âmbito nacional, em espaços que vão além dos tradicionais (universidades, observatórios, centros de pesquisa, etc.);
- a ONU não seria um espaço de parceria, mas de legitimação da parceria;
- importância de dar visibilidade às denúncias da relatoria, foi sugerido que, além do site da Plataforma e das organizações a ela filiadas, que se autorizasse, por exemplo, aquele grupo que participou do Diálogo, a divulgar nos sites das suas organizações, as denúncias das relatorias⁴

ANEXO 1

⁴ A CONTAG disponibilizou sua rede de informação internacional para divulgar inclusive, a criminalização e as notícias que as relatorias considerarem importantes.



Participantes:

2. Alexandre Ciconello – INESC e Coordenação da Plataforma Dhesca Brasil⁵
3. Antônio Lucas Filho – CONTAG
4. Cândida da Costa da Costa – Relatoria Nacional para DH ao Trabalho
5. Eneida Vinhaes Dultra – Cfemea
6. Isolete Wichinieski – CPT
7. João Luiz (sobrenome) – MST
8. Irmã Inez Facioli – Pastoral do Migrante
9. Ivandro Sales – UFPE/Oficina do Saber
10. Jayme Benvenuto – GAJOP/UNICAP
11. Lígia Cardieri – Plataforma Dhesca Brasil
12. Marco Natalino – IPEA
13. Milena Prado – DIEESE
14. Rivane Arantes – Relatoria Nacional para o DH ao Trabalho

⁵ Neste encontro, a Plataforma Dhesca Brasil foi representada por Alexandre Ciconello, assessor do INESC, organização não governamental filiada àquela rede. Para efeito deste registro, o termo “coordenação” sempre se referirá a coordenação da Plataforma Dhesca Brasil.